

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR/ INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES
(PPGEDUC)

DISSERTAÇÃO

MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

ROSELÉA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES – PPGEduc**

MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

ROSELÉA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

Sob a Orientação do professor

Dr. Luiz Fernandes Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

048m

Oliveira, Roselêa aparecida dos Santos , 1971-
Movimento Negro e Educação em Angra dos Reis /
Roselêa aparecida dos Santos Oliveira. - 2017.
86 f.: il.

Orientador: Luiz Fernandes Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
- PPGeduc, 2017.

1. Movimento Negro e Educação. 2. Grupo de
Consciência Negra Ylá Dudu e Educação em Angra dos
Reis. I. Oliveira, Luiz Fernandes, 1968-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares - PPGeduc III.
Título.



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

ROSELEA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

**“MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS
REIS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidades Étnico-Raciais

Dissertação aprovada em 22/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA - UFRRJ - Orientador

Prof. Dr.ª JOSELINA DA SILVA - UFRRJ

Prof. Dr. AUGUSTO CESAR GONÇALVES E LIMA - UFF

Seropédica (RJ)
fevereiro/2017

Aos meus antepassados.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós paternos que não conheci.

Ao meu avô materno Fernando e sua mãe, minha “bisa” Flausina que quando criança achava que ela se vestia como “escrava” e um dia, quando indagada sobre isso, ela me respondeu, do jeito dela, com aquelas palavras que nem sempre entendia, que não foi escrava, mas que alguns de seus irmãos (muitos ela não sabia dizer quantos) tinham sido. Na escola, ao ouvir pela primeira vez a professora de história falar da Lei do Ventre Livre nunca mais pude esquecer-me disso...

Ao meu pai, Sebastião da Silva Oliveira (in memoriam), que do seu jeito “torto” me incentivou.

À minha mãe, Flordelindos Santos Oliveira, que me ensinou a “ser gente”, a ser humana, em suas horas mais difíceis me ensinou muito mais, pois nesses momentos simplesmente cantava.

Aos meus irmãos: Rubens, Rogério, Renato, Roseli, Rosiniane e Rejane pela força e união de sempre. Amo vocês!

Aos meus(minhas) sobrinhos(as) pelo carinho e toda minha esperança depositada em vocês.

Ao filho Renan, minha filha Maria Gabriela, razão de toda minha caminhada, estejam sempre com...

À minha nova geração, minhas netas: Rayssa e Ana Luíza, perdão por não estar tão disponível quanto vocês gostariam. É por vocês e os(as) que virão depois de vocês.

Ao meu querido companheiro e amigo de todas as horas, Wagner Castilho, obrigada pelos sucos, cafezinhos, pela paciência, embora nem sempre entendesse, esteve sempre juntinho.

Aos meus amigos das escolas E.M. Dr. Orlando Gonçalves, obrigada pelas palavras de incentivo e os abraços. Foram muitos abraços.

Aos amigos da E.M. Santos Dumont, em especial a Luciana Sacramento, lutadora incansável na educação das relações raciais e parceira de muitos projetos.

Aos amigos que pude fazer na Secretaria Municipal de Educação, em especial da Gerência de Educação Comunitária.

A minha amiga Iolanda Takiguti, hoje pedagoga, de quem pude fazer parte da linda trajetória e ela da minha, quando ainda na graduação cuidava de minha filha de poucos meses. Essa é uma parceria e tanto de vida!

As amigas Katia Zephiro e Norielem Martins, quanta cumplicidade nas viagens Angra/Seropédica e Angra/Nova Iguaçu, nos perdemos algumas vezes, mas não perdíamos a risada, a amizade de muitas quilômetros. Aprendi muito com nossas conversas, aprendi muito com cada uma.

Ao Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, em toda a sua composição, de todos os momentos. Agradeço pela trajetória linda de vocês. A proposta era retratá-la da melhor forma, mas acredito que muitas pesquisas sobre o grupo ainda brotarão, porque essa história deve ser contada mais e melhor. Agradeço em especial aos(as) entrevistados(as) neste trabalho: Mariene Florentino, Maria Nazaré, Andrea dos Santos, Conceição Nascimento, Fátima Rosa, Délcio Bernardo, Maria Margarida Ferreira, Jaqueline Máximo.

A dona Nair (in memoriam), que mesmo sem saber sempre me incentivou.

Ao professor Augusto Lima, pela confiança neste e demais trabalhos.

À professora Joselina da Silva, pelo incentivo para que continuasse em “movimento”.

E, finalmente, ao meu orientador Luiz Fernandes de Oliveira, pela firmeza e ternura de sempre:meu muito obrigada e meu Axé!

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia[...].
Maria Carolina de Jesus

RESUMO

Esta pesquisa se desenvolve dentro de um contexto de diversidades culturais e visa analisar a trajetória das discussões étnico-raciais na Rede Pública Municipal de Ensino de Angra dos Reis, resgatando o protagonismo dos movimentos sociais negros que na luta por igualdade de direitos para a população negra, obteve grandes avanços na construção de políticas públicas em âmbito nacional e municipal. Sendo assim, analisaremos especificamente o movimento negro local, o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, pois principalmente no espaço educacional desencadeou, protagonizou ações diversas que resultaram na criação de políticas públicas municipais para a educação das relações étnico-raciais. Entretanto, temos como proposta não somente enfatizar o protagonismo do movimento negro, mas principalmente caracterizar a participação no Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, visibilizando o protagonismo feminino neste grupo, mais especificamente em suas práticas educativas.

Palavras-chave: Movimento negro. Educação. Relações étnico-raciais. Formação docente.

ABSTRACT

This research develops within a context of cultural diversities and aims to analyze the trajectory of ethnic-racial discussions in the Municipal Public School of Education of Angra dos Reis, rescuing the protagonism of the black social movements that in the struggle for equal rights for the black population, Has made great strides in the construction of public policies at the national and municipal levels. Thus, we will specifically analyze the local black movement, the Black Consciousness Group Ylá-Dudu, because mainly in the educational space triggered, carried out diverse actions that resulted in the creation of municipal public policies for the education of ethnic-racial relations. However, we have as a proposal not only to emphasize the protagonism of the black movement, but mainly to characterize the participation in this group, making visible the female protagonism in this group in these educational practices.

Keywords: Black movement.Education.Ethnic-racial relations.Teachertraining.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 A MINHA NÃO MILITÂNCIA	13
1.2 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA, O OBJETO E OS OBJETIVOS	15
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2 ANGRA DOS REIS EM MOVIMENTOS	22
2.1 UBATIBA OU ANGRA DOS REIS?	22
2.2 ANGRA DE MUITOS MOVIMENTOS	23
2.3 IRMANDADES NEGRAS: UM BREVE HISTÓRICO	24
2.3.1 Irmandades negras em Angra dos Reis	26
3 O GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU	28
3.1 FUNDAÇÃO DO GRUPO: GRITO NEGRO!	28
3.2 FORMAÇÃO DO GRUPO	37
3.3 AS AÇÕES DO YLÁ-DUDU NA DÉCADA DE 1990	37
3.4 O YLÁ-DUDU EM MOVIMENTOS	39
3.4.1 Ylá-Dudu: o Grupo Musical	39
3.4.2 O jongo nos caminhos do Ylá-Dudu ou o Ylá-Dudu nos “caminhos do jongo”	41
3.4.3 A capoeira	42
3.4.4 Religiões de matrizes africanas	44
3.5 PROTAGONISMO FEMININO: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO NO YLÁ-DUDU	45
4 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS	49
4.1 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	49
4.2 CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS	52
4.2.1 Educação em movimento em Angra dos Reis	52
4.2.2 Curso de Extensão Universitária Negros e Negras em Movimento (CEUNNM)	54
4.2.3 Ações do Ylá-Dudu	57
4.3 CONSELHO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE ÉTNICA ..	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	71
ANEXOS	74

1INTRODUÇÃO

A Benditolouvido seja
 Ô Bendito louvido seja,
 Ô Bendito, ô Bendito,
 Ô Bendito louvido seja, ô Bendito
 Louvido seja, ô Bendito, louvido seja...
 (Ponto de abertura/jongo Santa Rita do Bracuí)

Aê, aê, a liberdade não ficou do nosso jeito.
 Deram a nossa liberdade não deram o nosso direito.
 (Sr. Manoel Moraes/jongo de Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis)

Nesta epígrafe, trouxe uma cantiga de jongo, dança de origem africana, cantada pelos jongueiros e pelas jongueiras do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, localizado no município de Angra dos Reis-RJ. Para iniciar o jongo é necessário formar a roda, pedir licença e iniciar com um ponto de abertura. Eis que nossa “roda” foi formada, a licença já foi pedida. Iniciamos aqui nosso diálogo, a argumentação desta pesquisa sobre o movimento negro em Angra dos Reis.

Essa música nos remete à reflexão, ao questionamento e, principalmente, à luta para que a “liberdade” de fato aconteça, efetivando-se para todos e todas. A letra desse jongo expressa também sentimentos, inquietudes, questionamentos acerca da minha negritude e de todo o contexto que envolve negros e negras de nosso país. O breve relato sobre como cheguei às discussões sobre relações raciais na educação faz-se necessário para o entendimento de enfrentamentos de desafios e da superação destes em algumas situações.

Um dos primeiros momentos que vivi e pude reforçar todo esse “querer”, essa ânsia que me impulsiona na militância ou em diferentes contextos para discutir a educação para as relações étnico-raciais (ERER) foi durante uma aula do professor José Flavio Pessoa de Barros, no Curso de Extensão Universitária Negros e Negras em Movimento (CEUNNM)¹ em Angra dos Reis, no ano de 2006. Um momento ímpar que me fez repensar além daquilo que fazia ou sentia. Recordo-me daquele instante como uma submersão em tudo o que não tive oportunidade de conhecer e reconhecer, percebendo o quanto a igualdade, a liberdade para o povo negro foi e ainda é tão mascarada. Pude, então, ouvir minha voz como se não fosse minha sussurrando: “o que fizeram com os meus antepassados?”

¹O Curso de Extensão Universitária da Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis) foi criado em parceria com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu e formou quatro turmas no período de 2006 a 2008.

Se o questionamento anteriormente era sobre o que fizeram com meus antepassados, nos dias de hoje me preocupo sobre o que farei para aqueles e aquelas que virão depois de mim. Terei construído outro mundo possível para eles e elas? Nossos tambores precisam ecoar cada vez mais fortes, cada vez mais longe para que esta escrita e demais reflexões não sejam somente de alguns, mas de todas e todos.

Neste sentido, gostaria de iniciar esta pesquisa trazendo uma inquietação que me levou de fato ao meu objeto de pesquisa e que, em si, não era o próprio objeto, mas minha caminhada, minha vida não somente acadêmica, mas toda ela. Ao conhecer algumas pessoas do movimento negro local, no município de Angra dos Reis, muitas vezes me questionava sobre o motivo de minha participação neste movimento ocorrer de forma tão tardia.

Esse questionamento me deixava muito frustrada, pois estar na militância do movimento negro tem sido tão natural para mim atualmente, que não consigo entender as razões de não ter participado ou mesmo iniciado mais precocemente. Entender toda essa “não militância” me fez despertar ainda mais para minha “atual militância” e dentro dessa perspectiva pesquisar a própria trajetória do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu na formação de professores de Angra dos Reis. Porém, antes de iniciar essa discussão, sinto ser necessário dizer que o que chamo de “não militância”, a partir de uma análise de meu contexto histórico.

1.1A MINHA NÃO MILITÂNCIA

Eu sou apenas um negro a mais no Brasil que tem uma experiência de ser negro, mas que não sou especialista da questão negra. (SANTOS, 2016).

Quando criança, eu não entendia como minha família, sendo negra, era tão racista, principalmente meu pai. Durante toda minha adolescência, este foi um dos principais embates com ele que insistia em nos dizer que não éramos negros. Consequentemente, já na graduação, tive como objeto de pesquisa a desconstrução/reconstrução da identidade negra, um processo que quase sempre nos causa muita dor.

Retornando ao período de minha infância, sempre percebi que não era branca, apesar das falas de que não era negra e sim “moreninha”. Naqueles momentos, realmente sentia até um pouco de alívio, pois talvez aquilo de ser “moreninha” de certa forma amenizava a dor.

Já na adolescência, não mais aceitava ser “moreninha”, pois comecei a perceber algo de estranho, talvez nesse termo, não entendia, não me identificava mais com aquilo. Comecei então, pela primeira vez, a me autodeclarar, e fazia aquilo com muito orgulho; achava que enfim descobrira minha identidade: era “mulata”. Assim, fui mulata até descobrir o real significado desse termo. Mais uma vez não acreditava naquilo tudo: como assim, mulata vir de mula²? Tudo isso me causou muita decepção, mas acima de tudo, muita revolta. Cada vez mais pensava naquilo como algo que deveria ser desconstruído, combatido. Mas de que forma poderia ajudar na formação de uma identidade negra positiva, tendo em vista todo o racismo com o qual nos deparamos cotidianamente?

Recordo-me até de uma letra de música da década de 80, que me fez refletir. A banda Legião Urbana fazia muito sucesso naquela época cantando: “Mais uma vez não entendia como a vida funcionava, discriminação por causa de sua classe e sua cor...” Enfim, toda a minha indignação desde a infância, meu descontentamento entre o ser e o não ser, não compreender o que eu era verdadeiramente, meus enfrentamentos com meu pai e comigo mesma por ter sentido certo alívio quando me identificavam por “moreninha”. Histórias como esta vão de certa forma nos moldando e constituindo enquanto sujeitos de nossa própria história –sujeitos que assumem identidades construídas politicamente, não somente embasadas na aceitação étnico-racial, mas na valorização, pertencimento, mudanças de posturas e atitudes. Como diz a letra da música citada, sabia que “tentar achar a resposta” não seria tarefa das mais simples, pois quando nos deparamos com todo o racismo ideologicamente construído, acabamos por “naturalizar” determinadas situações, tudo isso é muito perverso para a construção de autoestima positiva para a formação de identidades, nos levando a acreditar que tais situações são “normais”.

Isso me levou a pensar que, quando a luta é pela sobrevivência, ao mesmo tempo em que se vê na educação um caminho possível de emancipação, todas as lutas não se tornam menores, mas de alguma forma invisíveis, pois de acordo com Arroyo (2003, p.32), “A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana.”

Em 1988, quando comemoravam o centenário da abolição da escravidão no Brasil, a Igreja católica levantou essa temática na Campanha da Fraternidade, principalmente em sua

² O termo “mulato” vem das palavras em espanhol e português para a mula, que se baseiam no termo em latim *mulus*, que significa a mesma coisa. A mula é o produto resultante do cruzamento do cavalo com a burra, ou seja, passou a aplicar-se ao filho de homem branco e mulher negra. O termo mulato tem raiz baseada em um animal, igualmente como o “criolo”, termo que se usava antigamente para designar os negros, sendo também o nome de uma raça de cavalo.

ala progressista, a Teologia da Libertação, movimento de mobilização, engajamento em prol da justiça social, porém não me recordo das discussões deste período ou de outros nesta época, pois estava imersa no mundo do trabalho precarizado e não me restava tempo para perceber nada além da busca pela sobrevivência. Atualmente, buscando uma definição de qual seja este movimento, me veio à ideia de caracterizá-lo no que poderia ter sido uma não militância.

Relembrar esses fatos pode até não ser tão relevante para esta escrita, mas me levou aos poucos a não sentir aquele incômodo por não ter participado na década de 80 das lutas lideradas pelos movimentos sociais, dentre eles, o movimento social negro.

No ano de 2001, ao entrar para o curso de pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF)³, em Angra dos Reis, pude perceber logo no início a “ausência” de negros e negras naquele espaço. Andando pelos corredores da universidade, questionava-me sobre como era formada a população da cidade, pois o que via nas ruas não era a realidade que se apresentava naquele lugar, pude, incrédula, contabilizar somente três pessoas negras, sendo eu uma delas. Toda essa situação começou a me incomodar muito, até que algum tempo depois conheci alguns integrantes do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, através de professores da própria universidade, quando comecei a participar esporadicamente de alguns encontros, formações, etc.

Relatar esses fatos e, posteriormente, a própria história do Ylá-Dudu, visibilizando as estratégias desse grupo para atuar na perspectiva de uma educação antirracista no município, implicará possivelmente nas histórias vivenciadas pelos nossos interlocutores, os(as) fundadores(as) do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu.

1.2 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA, O OBJETO E OS OBJETIVOS

Um dos objetivos dessa pesquisa é resgatar o papel do movimento negro na construção de políticas públicas para a população negra, analisando mais especificadamente o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, que antes da promulgação da lei nº 10.639/03 já tinham em suas agendas atividades para a educação em Angra dos Reis. No livro de atas do grupo,

³O curso de pedagogia da UFF no município angrense foi criado em parceria com a própria universidade e a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, na década de 1990, porém, até este ano ainda não contava com um espaço próprio. Atualmente, a UFF já conta com espaço próprio, no bairro Jacuecanga, funcionando no Instituto de Educação Angra dos Reis (IEAR).

datado de março de mil novecentos e noventa e um, página 1, consta o seguinte registro: “o grupo atuará no resgate da autoestima do povo negro”.Resgatando a trajetória do grupo, poderemos possivelmente propiciar que outros sujeitos possam reconhecer a relevância desse movimento para a criação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, no respectivo município.

A ideia do projeto surgiu quando percebemos duas situações.Em diálogos com alguns jovens, percebemos que o movimento negro local não possuía a mesma visibilidade da década de 1990. Estes jovens desconheciam a existência deste grupo no município. Obviamente, tal desconhecimento não era tão comum aos que vivenciaram aquele período. A segunda situação ocorreu ao conversarmos com duas professoras da rede municipal de ensino. Em contextos distintos elas relataram suas experiências com o Ylá-Dudu e nos esclareceram que as ações que desempenham no que concerne ao combate ao racismo,em seus respectivos espaços, é fruto das discussões e das diferentes atividades que participaram com o movimento negro de Angra dos Reis. Elas também nos relataram como a atuação do Ylá-Dudu nas escolas em que estudaram pôde contribuir para a formação da autoestima positiva e conseqüentemente para a construção da identidade negra para elas.

Eis um dos relatos que ouvi de uma dessas professoras: “muito do que faço na escola sobre a identidade negra, racismo, etc., aprendi com o Ylá-Dudu.” A partir desses depoimentos, um dos primeiros questionamentos foi: “por que o Ylá-Dudu não desenvolve mais esse tipo de ação nas escolas?” A procura por essa e outras respostas me trouxeàpresente pesquisa.

Conscientizada da relevância de uma pesquisa abrangendo tais aspectos, com o intuito de que essa história fosse valorizada, conseqüentemente inserida na história local, pois afinal, atualmente colhemos muitas dessas conquistas, entendendo que é necessário ouvir histórias, não somente uma única história.Concordo com a filósofa nigeriana ChimamandaAdichie em seu famoso discurso⁴ao afirmar: “histórias importam, muitas histórias importam”, ou seja, essa história precisava ser registrada, socializadae disponibilizada principalmente nos espaços educacionais.Pesquisar e registrar a atuação pedagógica do Ylá-Dudu seria uma forma de divulgar e fortalecer as conquistas desse movimento. Como se dava essa ação pedagógica, quais recursos disponibilizavam, qual a metodologia adotada?

⁴ “O perigo de uma única história” de ChimamandaAdichie, 2009. O discurso aponta para importância de se ouvir “muitas histórias”, não apenas aquela apresentada como verdade única. Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br

Embora não tenha participado ativamente de todo o processo de formação/constituição do Ylá-Dudu, tenho me apropriado deste trabalho como, talvez, um “dever” de militante “caloura”.

Como resgatar e registrar a história percorrida pelo Ylá-Dudu? De forma que esse conhecimento poderia ser utilizado pedagogicamente nas salas de aula e em demais espaços de formação? De que forma isso seria realizado? Utilizando a oralidade, como os nossos antepassados faziam? Como *griot*? Esse desejo levou-me ao mestrado para que pudesse contribuir com o levantamento dessa história e das práticas educativas desse movimento em Angra dos Reis. No decorrer desses questionamentos acerca do objeto de pesquisa, percebo fundamentalmente ser necessário repensar outras formas de resistência da população negra à escravidão no país, pois muitas dessas histórias ainda são desconhecidas ou pouco visibilizadas e valorizadas.

Em Angra dos Reis, houve algum movimento negro antes do Ylá-Dudu? Como era esse movimento? Sabemos que a história oficial invisibiliza a dos povos que não foram considerados “civilizados”, modernos, na perspectiva eurocêntrica, na qual os povos “descobertos” pela Europa no período que compreende as grandes navegações não eram considerados detentores de conhecimento, cultura, enfim, uma história que é construída conforme afirma Dussel (1993), forjada na “subalternização dos outros”.

Se considerarmos que o movimento negro está para além da sua institucionalização enquanto movimento social, concordamos com Moura (1983, p. 16-17) ao afirmar que movimento negro é:

[...] toda manifestação organizada por afro-brasileiros, com o objetivo de divulgar sua cultura, escrever a verdadeira história do Brasil, denunciar e resistir ao racismo, valorizar o homem negro (pessoa humana), além da prática de outros meios adequados a luta de um povo pela sua identificação e para ser respeitado.

Assim, podemos vislumbrar mais diversas e distintas articulações negras, tendo em vista as diferentes e múltiplas formas de organização e resistência simplificada, como podemos salientar melhor, Pereira (2012, p. 91):

Há quem prefira chamar de movimentos negros, dada a multiplicidade, variedade de tamanho e características, regionalidades, além de diferenças políticas e ideológicas, etc. Insisto em Movimento Negro, no singular,

porque mesmo identificando diferenças de infraestrutura e capacidade de intervenção, de concepções, de práticas, de perspectivas, esses e essas agentes encontram um ponto na disposição de enfrentamento do racismo de acordo com os marcos institucionais vigentes, ocupando espaços políticos institucionais, intervindo individual e coletivamente (conforme necessidades e circunstâncias) sem dificuldades maiores[...].

Neste sentido, o movimento negro ou os movimentos negros (plural) de acordo com as concepções dos autores acima apresentam de certa forma, um consenso para a igualdade de direitos para o povo negro, independente de suas especificidades.

No município de Angra dos Reis, as temáticas relativas às discussões raciais parecem muito latentes e fortes, pois em cada canto dessa cidade a impressão é de que o ar nos impulsiona e movimenta nesse sentido, sejam construções centenárias de igrejas e monumentos ou nas histórias contadas por aqueles moradores mais antigos que como *griot* nos transmitem fatos muitas vezes omitidos na história oficial. Tais fatos nos remetem ao período tenebroso da escravatura. Porém, na contramão do que aprendemos comumente na escola, a história do povo negro não inicia na travessia do Atlântico. “Antes da chegada dos europeus, a maior parte dos povos africanos estava organizada em reinos independentes, mas não isolados do mundo exterior.” (VISENTINI, 2014, p. 40). Ou seja, anteriormente àquela travessia, de acordo com a região, essas pessoas exerciam funções diversas, como agricultores, construtores, reis, rainhas, enfim, povos, reinos com estruturas complexas que tiveram suas vidas violentamente afetadas pelo que compreende a dispersão dos povos africanos pelo mundo. Após esse processo, conhecido como diáspora africana, essas diferentes formas de ser, viver e estar no mundo foram ressignificadas através de variadas estratégias de resistência e luta do povo negro.

Uma das histórias que me chamou a atenção quando cheguei a Angra dos Reis, foi sobre o Rio do Choro, que atravessa a cidade, vindo do morro da Carioca, que atualmente é apenas um depósito de esgoto. Ele corta o centro da cidade e remete a um passado distante, quando mulheres negras escravizadas vinham lavar as roupas de seus senhores e ali lamentavam suas dores, pois tinham neste rio um local de encontro, troca e de solidariedade para suas dores, seu choro. Enfim, uma história de opressão como muitas daquele período escravocrata.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa é resgatar o protagonismo do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu no âmbito educacional no município de Angra dos Reis.

Quanto à metodologia, a pesquisa é do tipo qualitativa e tem como um dos recursos metodológicos a análise documental de atas, regimento, entre outros documentos do Ylá-Dudu sobre suas atividades na promoção de uma educação antirracista na Rede Pública Municipal de Ensino de Angra dos Reis. Ainda sobre esse aspecto, analisarei a formação do grupo, trazendo o recorte que abrangerá a participação das mulheres nele.

Outro procedimento metodológico será o de entrevistas semiestruturadas com alguns(as) representantes desse grupo e fundadores(as) do Ylá-Dudu, com o objetivo de resgatar suas memórias sobre as principais reivindicações, propostas de formações, encontros nas escolas, etc. Essas entrevistas aconteceram no ano de 2016 com seis militantes/fundadores do movimento negro de Angra dos Reis. A intenção inicial era de entrevistar todos(as) envolvidos(as) no início da formação deste grupo, porém, por razões diversas, não entrevistei três personagens que estavam neste momento inicial do grupo. Entre os participantes da pesquisa está também a coordenadora do Ylá-Dudu, a professora Jaqueline Máximo, que trouxe informações relevantes sobre aspectos atuais do grupo.

Para chegar aos nomes dos(as) entrevistados(as), realizei uma conversa informal com o jornalista Délcio Bernardo e a pedagoga Mariene Florentino, ambos fundadores do Ylá-Dudu que foram listando os nomes daqueles que seriam interlocutores desta pesquisa, a saber: a pedagoga Andréa dos Santos, o jornalista Délcio Bernardo, a professora Fátima Rosa, a psicóloga Maria da Conceição Nascimento, a professora Maria Nazaré, a pedagoga Mariene Florentino e, como já sinalizado, a professora Jaqueline Máximo.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos, nos quais farei um caminho que possibilite compreender a formação deste movimento negro específico e o que ele trazia/traz como bandeira de luta e como principais pautas reivindicatórias, a partir do pressuposto de que muitas dessas reivindicações se pautavam principalmente na educação e no acesso à cultura para a população negra (PEREIRA, 2012).

Este primeiro capítulo apresenta minha caminhada até chegar ao objeto de pesquisa.

O segundo capítulo traz uma curta contextualização sobre esse município. Entre as organizações negras ali presentes que lutavam por igualdade de direitos entre negros e não negros, destaco brevemente a Irmandade Gloriosa de São Benedito, pois as demais entendidas

também como organizações de resistência negras, tais como a religiosidade de matriz afro-brasileira, a capoeira e o jongo, com destaque nesse capítulo.

No terceiro capítulo, apresento a trajetória do Movimento Negro de Angra dos Reis e o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, que no início da década de 1990, realizava inúmeras atividades com a juventude angrense, nas escolas, nos bairros, nas praças, entre outros espaços, visando o despertar de uma consciência mais crítica, tendo em vista a própria “construção política”⁵ da consciência negra. Na última década do século passado, em articulação com diferentes instituições, o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu fez com que algumas ações pudessem ser revertidas em políticas públicas, principalmente para a educação angrense. Ainda neste capítulo, abordarei sucintamente, mas não com menos relevância, a participação das mulheres neste grupo. Para tanto, trago as vozes dos(as) fundadores(as) deste grupo para contar sua própria história.

Após a qualificação do projeto de pesquisa, fui orientada a repensar minha atuação, constituição individual e profissional, pois essa constituição do “ser mulher negra” ainda não estava explícita nesta pesquisa, apesar dos tantos relatos já apresentados. O termo “negra” como constituinte de minha identidade está presente na escrita, porém não especificadamente o termo “mulher negra”, com ênfase necessária para discussões também específicas. Pois se o ser mulher, inevitavelmente, evidencia discussões existenciais mais complexas, o acréscimo do adjetivo “negra” ao substantivo “mulher”, ou seja, ser mulher negra, denota todo contexto histórico de ausências e exclusões. Nesse sentido, essa orientação foi muito oportuna, auxiliando-me a redirecionar a pesquisa, pois se anteriormente falaria da trajetória do Ylá-Dudu como movimento negro angrense, atualmente tenho refletido sobre uma determinada especificidade que há muito tempo tem sido muito cara: a discussão de gênero em diferentes espaços e contextos. Porém, neste trabalho, o protagonismo feminino no Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu não havia sido enfatizado, infelizmente.

A presença majoritária de mulheres e do protagonismo feminino na formação do grupo aqui analisado foram aspectos percebidos durante a pesquisa, mas por não ter dado maior visibilidade a esse viés, foi preciso repensar minha escrita, observando o papel dessas mulheres e seu protagonismo no grupo.

⁵ De acordo com Sousa (1983), em seu livro “Tornar-se negro”, a identidade negra é um “vir a ser”, que “nos tornamos negros” na medida em que entendemos o conceito do “ser negro”, sendo, portanto, um ato, uma construção política. Parafrazeando também o jornalista, militante e fundador do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, Délcio Bernardo, um “ato político”.

No quarto capítulo analiso algumas ações do Ylá-Dudu nas escolas, ao desenvolverem atividades de conscientização, enfrentamento e combate ao racismo e suas consequências. Também ressalto o diálogo que estabeleceram com outras instituições, posteriormente transformadas em parcerias que viabilizaram políticas públicas, principalmente no âmbito da educação municipal, apresentando algumas dessas conquistas para o município.

Nas considerações finais, analiso a trajetória do Movimento Negro de Angra dos Reis, bem como suas influências não somente para a educação angrése, como também para os(as) protagonistas da fundação do grupo.

2 ANGRA DOS REIS EM MOVIMENTOS

Neste capítulo, tratarei do Movimento Negro de Angra dos Reis, trazendo uma breve contextualização da sua presença na cidade onde atua.

2.1UBATIBA⁶ OU ANGRA DOS REIS?

Angra dos Reis, cidade ao sul do Estado do Rio de Janeiro, possui em seu território comunidades tradicionais diversas, entre as quais se encontram os remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, os Guarani da aldeia Sapukaido tronco linguístico Guarani M'bya, a maior aldeia do Estado do Rio de Janeiro; algumas comunidades caiçaras “sobreviventes” à especulação imobiliária, algumas rurais com especificidades diversas, famílias da cultura cigana, há quase 10 anos; também há um grupo de indígenas originários do sul da Bahia, os Pataxós. Essas comunidades refletem também a diversidade ambiental e cultural do município.

Angra dos Reis foi uma das primeiras cidades brasileiras a “receber” os colonizadores portugueses que ocuparam o território, segundo Capaz(2006, p. 5), num “processo vagaroso”, tendo sido acelerado após a tentativa de os franceses instalarem um “núcleo de colonização no Rio de Janeiro, em 1555.”

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) o município é formado por seis distritos, a saber: Angra dos Reis, Abraão, Cunhambebe, Jacuecanga, Mambucaba e Praia de Araçatiba, mas em 2007 essa divisão foi ratificada. Segundo o IBGE (2010), a população do município de Angra dos Reis era de 169.511, porém a estimativa para 2015 seria de 188.276 habitantes. Em uma área da unidade territorial que compreende 825.082 km², entretanto, devido à ausência de um projeto de urbanização do município, especulações imobiliárias, investimentos federais que impulsionaram a busca pelo emprego no município, sem que houvesse um planejamento por parte da gestão de governos anteriores, fizeram com que a parte da população menos favorecida procurasse outros locais para construir suas moradias.

A população tem origem muito diversa: indígenas, caiçaras, quilombolas e migrantes (principalmente nordestinos) que vieram para a cidade trabalhar nas grandes obras na década

⁶No livro “A fundação de Angra dos Reis”, Capaz (2006) explica que Ubatiba teria sido o nome dado pelos Tupinambás à localidade que hoje compreende o município angrense.

de 1960/1970 e aqui se estabeleceram. Inúmeras campanhas publicitárias transformam/transformaram a cidade em um espaço específico para o lazer, com função turística voltada somente para o mar, sem apresentar outras possibilidades, como aspectos culturais tão relevantes.

Na atualidade, os dados oficiais apontam um alarmante crescimento nos índices de violência no município, principalmente no que diz respeito à juventude negra da periferia da cidade. Entender como o movimento negro atuou e ainda pode atuar nessa cidade de tantas culturas e interações de identidades é uma forma de se pensar políticas públicas para essa juventude.

No próximo tópico, apresento elementos que ajudem a entender as diferentes formas de o povo negro se organizar diante da escravização a qual foram submetidos por séculos neste país. De acordo com Pereira (2012), essas organizações negras também eram múltiplas e diversas, porém trago uma breve apresentação de uma dessas organizações, mais precisamente a Irmandade do Glorioso São Benedito em Angra dos Reis⁷.

2.2 ANGRA DE MUITOS MOVIMENTOS

Esta dissertação se propõe a pesquisar em Angra dos Reis qual ou quais teriam sido as formas utilizadas pelo povo negro para se organizar, tendo em vista toda a tentativa de apagamento de sua cultura pós-travessia do Atlântico. Para tanto, há no município angrense algumas organizações de resistência desta população, tais como a Irmandade de São Benedito, a Ordem Terceira dos Homens Pardos, as religiões de matriz africana, posteriormente denominadas de “Religiões Afro-brasileiras” (no município, mais especificamente, a umbanda e o candomblé), a capoeira, o jongo, o quilombo, enfim, compreendidos aqui como formas de resistência, nas quais a população negra pode se articular, se organizar enquanto grupo, possivelmente para manter, vivenciar suas tradições. Dada a relevância dessas organizações negras, Pereira (2012) traz “várias definições possíveis” sobre o que vem a ser denominado de movimento negro. Entretanto, o autor nos leva a refletir sobre a “teorização” de Joel Rufino dos Santos acerca dessas definições sobre esse movimento. De acordo com Santos (1985 apud PEREIRA, 2012), “haveria duas dimensões do movimento negro”. Uma dessas dimensões seria a de “sentido estrito” que seria “o conjunto de entidades e militantes e ações dos últimos

⁷ As demais organizações negras encontradas neste município serão apresentadas no capítulo dois, quando abordaremos o Ylá-Dudu e este nos trará as prováveis influências do grupo nestas organizações.

50 anos, consagrados à luta explícita contra o racismo”. A outra “dimensão” compreendida como de “sentido amplo” englobaria “todas as entidades de qualquer natureza e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas aquelas que visavam a autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros.”(SANTOS, 1985 apud PEREIRA, 2012, p. 88).

Logo, de acordo com as definições de Joel Rufino dos Santos, apresentadas por Pereira(2012), classificar o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu como sendo um movimento negro de “sentido estrito”, enquanto as demais manifestações, como a capoeira, candomblé, jongo poderiam ser caracterizados dentro do movimento negro de “sentido amplo”.

2.3 IRMANDADES NEGRAS: UM BREVE HISTÓRICO

As irmandades de cor representavam um meio onde homens e mulheres, oprimidos pela sociedade hierarquizada, conseguiam se sentir um pouco mais livres, construindo um mundo paralelo ao da sociedade escravista. (CRUZ, 2007, p. 7).

As irmandades religiosas chegam ao país com o próprio período que compreende as grandes navegações do século XVI e “eram reguladas por um estatuto que tinha que ser aprovado pelo Estado e pela igreja, o chamado compromisso”, como atesta Cruz (2007).

Como já sinalizado anteriormente, foram variadas as formas de a população negra se organizar na tentativa de garantias de direitos, principalmente no que tange ao período escravocrata. Tornou-se notório que dentro dessas organizações, a resistência à escravidão levava o povo negro ao fortalecimento de sua cultura e de suas identidades étnicas. De acordo com Viana(2015), essas irmandades funcionavam como espaços religiosos e tinham a intenção de “domesticação do espírito africano”; esses negros e negras puderam ressignificar vários aspectos desses espaços, transformando-os em “instrumentos de identidade, solidariedade e coesão grupal, fundamentais diante da desagregação causada pela experiência da escravidão.” (REIS apud VIANA, 2015, p. 103).

As irmandades também funcionavam como entidades de ajuda mútua entre seus membros. Tinham como propósito oferecer auxílio em caso de doença, compra de alforria e, principalmente, um dos auxílios mais comuns era o de promover um funeral digno aos membros e seus familiares. Este último era o que mais se destacava, pois muitas nações

africanas valorizavam um ritual digno para seus mortos, possivelmente fora um “chamariz” para que o interesse em se tornar membro dessas organizações fosse crescente.

Torna-se fundamental repensar a relação construída entre a população negra e essas irmandades religiosas, porém não podemos nos esquecer da representação e do papel da Igreja católica diante da própria escravidão, justificada de certa forma pela teoria de Cam⁸. Entretanto, as diferentes estratégias adotadas pelo povo negro de burlar a dominação, a violência da escravidão, a ausência de direitos, entre outras coisas, são peças fundamentais para o entendimento de nossa história, nossa cultura que, em consonância com outros movimentos, denotam a luta das organizações negras no Brasil.

Tendo em vista a ausência de direitos mínimos para essa população, uma das formas de se obter algum “benefício”, mesmo mínimo que fosse, era o de se associar a uma dessas irmandades. Dentro desses espaços, preservar as tradições dos diversos povos ou nações africanas presentes em solo brasileiro tornava-se uma possibilidade. Se a intenção era domesticar os corpos, promover a evangelização do povo para que este em vida compreendesse os desígnios de cada pessoa, porém através da aceitação da fé, da evangelização poderiam, por meio de uma irmandade, desfrutar de um funeral digno, principalmente, já que a “vida” não foi dessa maneira.

A presença de africanos também pode ser identificada na prática da religião católica. Africanos de diversas procedências converteram-se, fundaram irmandades, participaram de festas e construíram igrejas em devoção aos santos católicos negros, como Santo Elesbão, Santa Efigênia, São Benedito e Santo Antoniodo Categeró, mas, especialmente, à Nossa Senhora do Rosário. Por todo território, ao longo do período colonial e de todo o século XIX, o catolicismo tornou-se também africano. Para além do patrimônio arquitetônico, as inúmeras igrejas pertencentes a irmandades de “Homens Pretos”, como eram oficialmente chamadas, representam hoje marcos visíveis dos africanos no conjunto da população católica. (LABHOI, 2013, p. 46).

As irmandades de fato puderam servir como espaços de possibilidades para o povo escravizado celebrar e compartilhar suas tradições culturais, étnicas e religiosas.

Portanto, nesta pesquisa destaco a relevância que as irmandades religiosas desempenharam naquele contexto, pois apesar de sua finalidade evangelizadora, a população negra pode interpretá-las de acordo com suas necessidades, utilizando-se delas eressignificando nesses espaços suas culturas, identidades étnicas, religiosas, etc.

⁸ Explicação na qual, escravização dos negros africanos era de certa forma não contestada ou até mesmo “permitida”, pois os africanos descenderiam de Cam que havia sido expulso por desobediência ao seu pai Noé e toda a geração de Cam estaria representada no povo africano.

2.3.1 Irmandades negras em Angra dos Reis

Abordo a seguir a utilização da Irmandade do Glorioso São Benedito pela população negra em Angra dos Reis, como subsídio na tentativa de garantir direitos mínimos.

Sendo assim, talvez seja também interessante pensar essas associações enquanto organização de setores populares. Entendendo as irmandades como espaços nos quais os negros puderam atuar enquanto grupo, creio que se possa incluí-los também nos movimentos negros, nas suas mais variadas formas de expressão. (NASCIMENTO, 2003, p. 64).

De acordo com registros sobre as irmandades de Angra dos Reis, foram encontradas quatro. Porém, atualmente, está em funcionamento somente a Irmandade de São Benedito, que funciona no centro da cidade, na igreja de Santa Luzia. Segundo dados da própria igreja, essa irmandade teve início no Convento de São Bernardino de Sena.

Maria da Conceição Nascimento⁹ foi uma das pessoas entrevistadas para este trabalho. Em sua pesquisa de especialização em psicologia, intitulada “Memórias silenciadas” (2003), ela traz à tona a relevância de um trabalho sobre as irmandades negras, mais especificamente a de Angra dos Reis. Segundo a autora:

Em Angra dos Reis esta devoção teve início no primitivo Convento de São Bernardino de Sena, a primeira casa dos frades franciscanos, na antiga rua da Cachoeira “dela podendo fazer parte pretos e brancos, cativos ou não”. Segundo o historiador angrense Alípio Mendes, não há no compromisso da Irmandade quaisquer restrições à entrada de pretos forros e brancos na irmandade, assim como não há nos arquivos da mesma “qualquer elemento que permita verificar a data de sua ereção em Angra dos Reis”. O ano de 1820 é considerado oficialmente como o de sua fundação, talvez por ser este o da elaboração do seu primeiro compromisso. (NASCIMENTO, 2003, p. 23).

Em relação às atividades realizadas na Irmandade do Glorioso São Benedito de Angra dos Reis, Nascimento (2003, p. 23) afirma que “no que se refere ao aspecto devocional e social das irmandades, ela em tudo se assemelha às centenas que foram criadas, desde os tempos coloniais e que ainda se mantêm na atualidade.” Entre essas atividades “comuns” a essas irmandades, a compra da alforria em Angra dos Reis também foi destacada pela autora:

⁹ A autora se debruçou sobre o estudo das irmandades negras, mas especificamente, a do Glorioso São Benedito em Angra dos Reis. Atualmente Conceição é professora aposentada do Estado do Rio de Janeiro, atua como psicóloga clínica, coordenadora na Comissão de Direitos Humanos/Articulação Nacional de Psicólogos Negros(as) e Pesquisadores(as) – Coordenação Sudeste. É doutoranda em psicologia pela UFF/Niterói.

A compra de alforria para os irmãos cativos também fez parte da rotina da Irmandade de S. Benedito. Tal fato pode ser atestado pela existência de um artigo do seu compromisso dedicado ao assunto. O teor desse artigo faz menção à preocupação da instituição em reafirmar não apenas a precedência que têm os assuntos referentes à manutenção da irmandade, mas também a vigilância quanto à escolha do beneficiado, tendo como critério de escolha a atuação do mesmo na irmandade e na sociedade. (NASCIMENTO, 2003, p.26).

Sobre esse aspecto, Nascimento (2003, p. 27) afirma que:

Existem sinais evidentes de que esta irmandade, em consonância com as demais associações do gênero, foi também um meio através do qual os negros, a maioria irmãos, tinham acesso a um padrão de vida melhor. Isso só vem ratificar o pensamento de que essas associações tiveram um importante papel na sociedade de então, já que funcionavam como polo aglutinador das demandas desse segmento da sociedade. Tiveram o compromisso em atender aos irmãos nas suas necessidades materiais, assegurando-lhes auxílio no caso das indigências, além da sepultura e funeral compatíveis. Estes eram serviços que demandavam despesas e eram indicativos de classe.

Entretanto, Nascimento(2003) aponta que na trajetória da irmandade de Angra dos Reis, “a festa e a devoção a São Benedito cresceram a ponto de o mesmo ser reverenciado como Padroeiro da Cidade. Antes, porém, é bom frisar que é também identificado como Padroeiro dos Escravos.” Todo esse crescimento em torno das festividades de São Benedito foi definidor, segundo a autora, para:

[...] o desaparecimento do Rei e da Rainha negros das festividades, por quase 100 anos, o que mais se destaca, pois desse fato não há qualquer menção nos periódicos e programas consultados referentes às primeiras décadas do século XX, assim como não há nos mesmos qualquer referência à atuação dos negros na festa. Salvo a informação bastante sucinta sobre a data da festa, sobretudo por relato oral, pouco ou nada se tem registrado sobre a participação dos negros nesse acontecimento. Por conseguinte, pode-se afirmar que houve um silenciamento sobre a presença e atuação do negro na construção material e simbólica da cidade de Angra dos Reis. (NASCIMENTO, 2003, p. 31).

Resgatar a história das diversas e variadas organizações negras é fundamental para garantir que sejam amplamente divulgadas e conseqüentemente conhecidas e reconhecidas por suas lutas, pela resistência do povo negro, inseridas nos currículos escolares, por exemplo. Ao saber da tentativa de “apagamento” do negro na história desse país, temos, portanto, o dever de trazer essas vozes e fazê-las “gritar”, insistindo e possibilitando cada vez mais o grito negro Ylá-Dudu na história deste país.

30 GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA YLÁ-DUDU¹⁰

Dá licença Brasil!!!
 Dá licença Brasil eu entrar pela porta de tua consciência
 Seja ela branca ou negra.
 Dá licença que hoje eu quero rasgar meu peito,
 E dele deixar brotar, num profundo lamento, meu desabafo,
 Pois sendo hoje, apenas hoje, o meu dia,
 Dizer que eu quero ver nos dicionários o meu dialeto,
 E não ver ninguém rir de mim, quando na rua eu passo
 Tentando perpetuar, através de meus trajés e penteados,
 Minha saudosa mãe África...
 Aliás, nem sei por que pedir licença, pois não nos consultaram,
 Quando nos navios negreiros de lá nos trouxeram,
 Então agora me deixa passar,
 Exibindo minha ginga, minha história e minha raça.
 Deixa-me mostrar os dentes brancos,
 Não pra avaliarem meu preço,
 Nem quanto peso, sustentam meus braços,
 E sim, que ainda é tempo, e que posso e devo sorrir.
 Se a licença não for concedida, desculpe-me Senhor Tropical,
 Mas há 500 anos estou dentro,
 Fiz do meu sangue e suor um documento,
 E deste chão Brasil meu Usucapião.
 Ashê pra todos nós.
 (Mariene Florentino, poetisa, pedagoga e uma das fundadoras
 do Ylá-Dudu)

3.1 FUNDAÇÃO DO GRUPO: O GRITO NEGRO!

O que colaborou para a formação do grupo Ylá-Dudu foi todo esse contexto de mudanças, que emergia das lutas dos setores tradicionalmente excluídos e marginalizados que clamavam por justiça, por espaço e voz na sociedade. (Andrea dos Santos).

No final dos anos de 1970, havia em todo o país uma crescente efervescência dos movimentos sociais, como afirma Gohn (2015, p. 19):

No Brasil e em vários países da América Latina, no final da década de 1970 e parte dos anos de 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da Teologia da Libertação.

¹⁰ Registrado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 28 de abril de 1994, Ano XX, nº 78, parte V, Folha 27, no qual consta: Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, fundado em 09/03/91. Sem fins lucrativos, com prazo indeterminado. Sede: Praia do Anil, 21, s/02 – Angra dos Reis–RJ. Finalidade: Lutar contra o Racismo (Guia nº 47855/A). Anexo A

No final da década de 1960, Angra dos Reis foi transformada em área de segurança nacional, fato possivelmente inibidor dos movimentos sociais aqui presentes naquele período. Entretanto, ao final da década de 1970, o município angrense não foi diferente do contexto nacional, quando muitos movimentos sociais, alimentados de certa forma pelo “apoio” da Igreja católica, em sua ala progressista, contrária ao regime autoritário vigente, se fortaleceram nesse período, como salienta Gohn (2014, p. 281):

No final dos anos de 1970, no Brasil, quando se falava em novos movimentos sociais, em encontros, seminários e colóquios acadêmicos, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja católica, na ala articulada à Teologia da Libertação.

Em Angra dos Reis, alguns jovens que frequentavam a Igreja católica naquele período, puderam ter essa experiência de participar das discussões que as chamadas pastorais da terra, da criança, do idoso, entre outras, puderam desenvolver dentro das igrejas, como também em outros movimentos, como explicitarei adiante. Entre essas pastorais, no final da década de 1970, a Igreja católica deu início às discussões sobre o “a realidade do negro na igreja”¹¹. Nesses encontros e seminários, apontou-se a necessidade de uma pastoral que discutisse as questões específicas da população negra. Em 1983 foi criada a Pastoral do Negro, em 1988, de acordo com a CNBB¹², como uma “conquista dos agentes pastorais negros e outros grupos” foi realizada a Campanha da Fraternidade deste ano (1988 – ano do centenário da abolição¹³), tendo como tema: “Fraternidade e o Negro” e o lema: “Ouvi o clamor deste povo”.

Maria Conceição Nascimento relatou que na década de 1980, quando morava em um município vizinho, Barra Mansa, foi convidada pela CNBB a fazer o curso em Caxias do Sul-

¹¹ No dia 1º de setembro de 1978, realizou-se na sede da CNBB, em Brasília, o encontro de um grupo de estudiosos preocupado com a evangelização do povo negro brasileiro. Em fevereiro de 1980, reuniu-se um grupo de agentes negros de pastoral, para refletir sobre sua situação enquanto negros na vida eclesial. Essa reunião foi o primeiro passo para o surgimento do “Grupo de União e Consciência Negra”, criado no primeiro encontro nacional, em Brasília, realizado de 5 a 7 de julho de 1981.

¹² Disponível em: <<http://www.revistamissoes.org.br/2013/04/a-cnbb-e-a-acao-evangelizadora-da-pastoral-afro-brasileira>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

¹³ “O Movimento Negro em 1988 viveu profundamente o centenário da Abolição. Em todo o Brasil ocorreram eventos, publicações de pesquisa, matérias de jornais sobre a situação da população negra no país e a temática da educação recebeu uma atenção especial. Ainda em 1988, segundo Silva Jr. (2000), estabeleceu-se um marco para a redefinição do papel da África na concepção da nacionalidade brasileira. Foi assegurado na Constituição o reconhecimento da pluralidade étnica da sociedade brasileira e a garantia do ensino das contribuições das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro”. (OLIVEIRA, 2012, p. 117).

RS sobre a realidade do negro na Igreja católica. Posteriormente, em 1983, já residindo em Angra dos Reis novamente, ela comentou que:

Quando eu voltei para cá, cheia desse conteúdo, cheia desse material da questão do negro, Pastoral da terra, da saúde, da liturgia, da catequese, mas não tinha um espaço especificadamente para falar disso, mas estava ligada nessas questões, prestava atenção nisso, ainda mais a questão da Pastoral da terra, com o pessoal lá do Bracuí, dona Joana, Seu Manoel Moraes.

Conceição, como é reconhecida nossa entrevistada, chegou muito entusiasmada com o conteúdo do curso, sentindo necessidade de passar todo o conhecimento adiante, mas naquele momento não lhe pareceu oportuno. Segundo Conceição, entre outros temas, “estudamos sobre a religiosidade afro-brasileira”, quando pôde também desconstruir alguns estereótipos que via nessas religiões. Todavia, não debaterei nesta pesquisa sobre qual(is) seria(m) a(s) intenção(ões) para essa instituição se debruçar sobre tais questões, mais especificadamente as religiões de matriz africana, porém, obviamente, não nos faltariam suposições.

Já em 1988, Conceição Nascimento foi convidada a coordenar a Campanha da Fraternidade no Convento do Carmo em Angra dos Reis. Neste momento, nossa entrevistada pôde perceber que poderia aproveitar o conhecimento apreendido anos antes, possivelmente podendo repassá-los aos demais, pois assim como ela, necessitavam conhecer a história do povo negro, suas lutas, enfim, se conscientizarem da importância da afirmação da identidade negra, individual e coletivamente. Este era “o momento”. Diante disso, comenta: “foi a primeira vez que me expus publicamente assim, dentro da igreja, falando dessa campanha. [...] Foi uma aproximação mais intensa com relação a essa temática do negro, embora tenha sido uma coisa específica dentro da igreja, mas ela não se restringe à Igreja, ela extrapola.”

Inicia-se o estudo dos “livros da Campanha”, porém para entender o que representou esse estudo durante a Campanha da Fraternidade de 1988 para os(as) entrevistados(as) desta pesquisa, posso usar como exemplo a fala de Mariene Florentino da Silva Caetano, pois embora já tendo conhecido a história de vida desta entrevistada, sempre que a ouvi percebi em sua fala algo inédito, porém com aquela sempre e habitual carga emotiva, tornando-a uma pessoa ímpar, uma poetisa, uma mulher negra, como tantas, fazendo de sua vida uma lição, na qual a desconstrução/reconstrução da identidade negra fora preponderante para ela e também para aqueles que com ela conviveram. **Sobre isso**, ela fez um relato carregado de muita emoção:

Assim, a gente tinha essa questão da negritude, mas não se discutia, né? A gente não falava. A gente tinha nossos anseios... Inclusive, eu enquanto negra tinha a questão da baixa estima, né? Preconceito mesmo, contra mim, contra meu cabelo, porque o meu cabelo era bem crespo. Eu não mexia no meu cabelo na época. Dificuldade no trabalho, de me comunicar e, falar nisso, eu já tinha vinte e tantos anos né? Inclusive a questão da escola eu não tinha terminado o 2º grau completo com vinte e tantos anos, tudo muito por conta dessa estima muito baixa. (Mariene Florentino, 2016)

Infelizmente a realidade de Mariene não fora muito diferente de milhares de jovens negros e negras no Brasil. Neste aspecto, a pedagoga Eliana Teixeira se debruçou a pesquisarna Rede Pública Municipal de Ensino de Angra dos Reis, os dados oficiais desta rede no que concerne os níveis de escolaridade com o recorte racial durante os anos de 2009 a 2013. De acordo com Teixeira (2016) [...] “a redução do percentual de negros, em cada ano letivo, sugere que já nesse segmento do Ensino Fundamental inicia-se um silencioso e sutil esvaziamento dos negros nos bancos escolares.” Enfim, o contexto vivenciado por nossa entrevistada em décadas passadas, ainda é a realidade de milhares de jovens negros e negras no país.

O primeiro encontro com Mariene aconteceu na graduação, durante o curso de pedagogia da UFF, no qual fomos colegas de turma, no ano de 2003. Foi através dela, assim como de uma professora do curso, a professora Maria da Graças Gonçalves que ouvimos sobre a existência do Ylá-Dudu, posteriormente conhecemos a trajetória de vida dessa querida colega, pois nesse curso, a maioria dos professores tinha como mote resgatar nossa história de vida, falávamos de nossas experiências, aprendíamos que tudo aquilo tinha valor. Nossas histórias tinham valor, tudo isso era muito novo para todos(as) nós.

Retornando à fala de Mariene, ao demonstrar seu primeiro “impacto” diante dos estudos sobre o negro, propostos pela igreja, ela salienta que: “Aí foi a chance de eu sentar e dizer: Então agora é comigo! Opa tem a ver comigo! E como é isso agora?” Seus questionamentos sobre o que viria desses encontros, apontam como essa questão era de fato invisibilizada, negada. Dessa forma, seus questionamentos não nos surpreendem, pois a própria entrevistada se interroga: “O que a igreja vai dizer pra nós? Falar em relação à gente sobre isso?”

De fato, falar sobre os negros dessa forma não era algo tão comum, ainda mais em se tratando de uma instituição religiosa de grande abrangência como a Igreja católica. Ao falar da realidade da população negra na igreja, possivelmente abrir-se-ia um leque para que a mesma questão fosse discutida em outros contextos, em outras realidades. Porém, não nos

esqueçamos, pois nos lembraremos sempre da escravidão negra, indígena e da instituição “Igreja católica” diante de tais fatos e tantos outros.

Nossa militante Maria Nazaré Lopes Rosa, no início de sua entrevista, em dezembro de 2016, tem sua própria definição deste período:

O ano de 1988, quando teve a campanha da Fraternidade da Igreja católica, se não me engano, era “Ouvi o clamor desse Povo”, porque era os cem anos de libertação, da abolição, né? Duas pessoas faziam parte de movimentos pastorais, resolveram se reunir também na igreja, Igreja católica. E eu também fazia parte.

Após o início dos estudos da Campanha da Fraternidade, alguns desses jovens sentem a necessidade de ampliar aquelas discussões, sobre isso Maria Nazaré complementa: “aí, um ia chamando o outro e a gente foi se reunindo, até que nos desvinculamos da igreja.” Essa necessidade de divulgar, fomentar mais o debate sobre as questões raciais foi perceptível na fala de todos os nossos personagens. Ou seja, promover a conscientização da negritude, seu pertencimento étnico-racial positivamente tornava-se um grande anseio para aqueles(as) jovens. Foi essa a percepção dos(as) entrevistados(as), pois de acordo com Délcio José Bernardo, “o grupo é resultado de várias discussões de pessoas que militavam em vários movimentos, em associação de moradores, sindicatos, partido político, igreja”. Segundo relatou Conceição, “o reflexo disso vai acabar chegando na história do grupo que vai fazer o Ylá-Dudu. Porque as pessoas que compuseram o Ylá-Dudu eram ligadas à Igreja católica.”

A Campanha da Fraternidade de 1988 foi apontada pelos(as) entrevistados(as) como um momento que os levou a refletir mais profundamente sobre as questões do povo negro. Muito afetada com todo o conhecimento adquirido durante as leituras do “livrinho”¹⁴ da campanha, despertando não somente em si, mas também em seus(suas) colegas, muitas reflexões, Mariene ainda relembra:

Nos livrinhos que a gente começou a ler tinha o negócio sobre o alisamento do cabelo, e [...] ele se preocupa até com o cabelo da gente e tudo! Foi assim muito interessante, foi muito forte, deu um despertar na gente, naquele pensar no nosso cabelo. O livro não mandava alisar o cabelo, mas provocava sobre o que o negro tinha que passar, inclusive alisar o cabelo, ao nível de escola, dentro das escolas, sociedade e no dia a dia todos os preconceitos, as falas, tudo o que a gente passava então começou nossa discussão na igreja.

¹⁴ Maneira como a maioria dos (as) entrevistados(as) se referia ao livro de estudo da Campanha da Fraternidade.

Abaixo, imagem do cartaz de divulgação da Campanha da Fraternidade da Igreja católica de 1988:



Figura 1 – Campanha da Fraternidade 1988.

Fonte: Site oficial da CNBB¹⁵.

Durante a referida campanha, este seria, de acordo com os(as) entrevistados(as) a alavanca propulsora de articulação para a criação do movimento negro angrense. Não que antes eles não houvessem refletido sobre essas questões, mas aquelas discussões (fomentadas nas pastorais do negro) puderam instigar neles o interesse de levar as discussões que vivenciaram no espaço da igreja para outras pessoas que não estavam naquele contexto.

De acordo com Mariene, as discussões sob as árvores continuaram, mas:

A gente usava esse livrinho para a discussão de como ser fraterno e pra ser fraterno como se vivia com o negro e os mais oprimidos então a gente começou a usar esse livrinho para fazer essas discussões com as outras pessoas, mas a gente não conseguiu alcançar muita gente não. Até porque

¹⁵ Disponível em: <<http://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988>>. Acesso em: 4 jan. 2017

ainda estava muito ligado à igreja, ao sofrimento cristão não como uma militância era mais como uma pastoral de igreja.

Ensaando o grito?

A gente começou a pensar de uma forma diferente até por que a gente era negra e era negro e sentia na pele enquanto negro e via naquilo em 1988 como uma chance diante de seus 100 anos. Pra nós, foi muito forte, foi através daí que começamos a conversar nisso. Aí veio a Fátima Rosa, dona Serafina¹⁶ e aí a gente começou a pensar nisso. Aí duas pessoas se aproximando e começamos a conversar nisso aí não tinha nome de movimento foi aproximando algumas pessoas e a forma como se deu a gente não tinha um lugar para ficar, a gente queria sair da igreja para atrair pessoas para poder discutir, porque a gente queria falar sobre o nosso cabelo, queria retratar a nossas experiências pessoais enquanto negro e dentro da igreja não podia ficar. Porque era uma coisa que gera sangue e começou a ficar muito emocional. Quando conseguimos um lugar e aumentaram os encontros, quando falava começava a chorar, porque vinham os apelidos e o que passava na rua, aí a gente foi vendo porque a gente não aprendia a ler na escola, tudo.

Sobre a desvinculação do grupo à Igreja católica, Fátima Rosa, também atuante daquele grupo de jovens católicos e uma das protagonistas do Ylá-Dudu, lembrou um dos momentos dessa trajetória que culminou na criação do grupo:

Era eu, Andréa dos Santos e Mariene. E estávamos conversando: “Poxa, não dá para as pessoas chegarem até a gente. Como que vai chegar dentro da via religiosa? Aí então, já que tem esse desejo, essa vontade, então vamos montar um Movimento Negro.” Aí é que formou o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu em março de 1991.

Assim, o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu foi fundado no dia 9 de março de 1991, no município de Angra dos Reis-RJ. Tendo como significado deste nome a junção de duas palavras de origem Yorubá, que assim fora traduzido pelo próprio grupo: Ylá = grito e Dudu = negro. Essas informações foram retiradas de seu primeiro registro em seu primeiro livro ata¹⁷, página de número um, porém o registro “oficial” do grupo em cartório só veio a acontecer no ano de 1994. No cabeçalho deste documento é possível observar também o local que esta reunião fora realizada, a Casa de Cultura.

Em relação ao acesso da população negra a educação formal, Cruz (2005, p. 28) acrescenta que

¹⁶ De acordo com informações da própria Mariene, a “dona Serafina” falecera um dia antes desta entrevista.

¹⁷ Este livro ata foi registrado no Cartório do 1º Ofício de Angra dos Reis, tendo como protocolo nº 1.800, livro B, folha. Registrado sob nº 1609-Livro B.8, em 27 de outubro de 1994.

No que diz respeito ao esforço específico do grupo em se apropriar dos saberes formais exigidos socialmente, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, fica patente a criação de escolas pelos próprios negros. Ainda se dispõe de poucos registros históricos dessas experiências, embora tenham existido.

A Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis, em Angra dos Reis, possui um espaço de grande visibilidade, pois se encontra em área central, mas acima de tudo foi e ainda continua sendo palco de grandes atividades artísticas no município, sendo neste valioso espaço que o grupo pôde realizar essa primeira reunião enquanto movimento negro de forma, digamos, “oficializada”.

Após a abertura do livro ata, seguiu-se a listagem dos participantes, sendo o texto iniciado desta forma:

Esta reunião contou com a participação de 7 pessoas que fazem parte de diversos segmentos da sociedade, mas com um objetivo comum, que é a luta contra o racismo, interessadas em estudar e discutir a situação do povo negro no passado e na atualidade. Esta reunião foi coordenada por Andréia dos Santos e Secretariada por Fátima Rosa. (LIVRO ATA, 1991, p. 1).

No texto acima, podemos observar pelo conteúdo deste primeiro registro que essas pessoas de fato já tinham realizado outros encontros, mas ainda não como um grupo, ou seja, muitos encontros precederam este, muitas conversas, discussões para que esses jovens amadurecessem a ideia da formação do grupo.

O que nos chama a atenção, principalmente, é o desejo pelo conhecimento, pelo estudo das questões que abordam o povo negro, pois o texto torna explícita a lacuna ou lacunas sobre a população negra no país, historicamente negadas, invisibilizadas.

Pereira (2013) explica que “Era preciso estudar, discutir, se informar sobre as ‘questões do negro’ e as relações raciais no Brasil, sobre as histórias das lutas dos negros por aqui, na África e nos Estados Unidos, para informar outros e assim fortalecer o movimento que se buscava constituir.” Neste sentido, o recém-formado grupo Ylá-Dudu parece já ter sido gerado com esta sede, uma sede pelo conhecimento, pela formação, pois pelas posturas adotadas, entendemos possuir um discurso de resistência, de inconformismo diante da relação entre negros e não negros, não só no Brasil como também fora dele.

No registro daquela que seria a primeira ata do Ylá-Dudu, havia riquíssimas informações, pois no desenvolvimento do texto que se apresenta bem objetivo, enxuto em suas 20 linhas, sendo secretariado por Fátima Rosa, afirma que: “O grupo atuará no resgate da

autoestima do povo negro, bem como na valorização da cultura e suas formas de luta e resistência num processo de dominação e exploração.”Em poucas linhas, resumiram também as expectativas do grupo quanto à linha que iriam seguir e sobre sua vinculação ou não a algum partido político ou determinada religião. Sobre isso, Mariene afirma:

[...] depois nós começamos a perceber que a gente dentro da igreja estava fazendo uma discussão que era boa, mas a gente tinha uma força que a gente não percebia, fazia essa discussão dentro da igreja, mas e os outros negros que não eram católicos, né? E essa maioria negra que a gente se apoderou agora de um discurso que a igreja trouxe que não sabíamos, um instrumento que a igreja deu de discussão pra nós que a gente não sabia onde buscar e como falar? Mas que agora deu uma força pra gente começar a falar. Começamos a falar debaixo de árvores, nas calçadas porque não queria mais ficar falando só dentro da igreja.

Sobre a vinculação do grupo, ficou decidido que “O grupo não será atrelado a nenhum partido ou religião, pois isso facilitará o ingresso de pessoas de diferentes segmentos.” (LIVRO ATA, 1991). De acordo com Oliveira(2012, p. 116):

As profundas reflexões trazidas por esses movimentos fizeram com que a consciência negra questionasse o condicionamento psicológico como grande entrave à organização política. Por ser bastante atual, ela não se ocupa somente do racismo explícito e sim do que ele é capaz de introjetar em inúmeros indivíduos.

Todo este “cuidado” em não estar vinculado a instituições que possivelmente poderiam impedir a participação de determinados sujeitos demonstra, entre outros aspectos, o amadurecimento político dessas pessoas.

Nessa primeira reunião, ainda não havia sido decidido qual nome seria dado ao grupo, mas as orientações foram no sentido de que cada integrante pesquisasse um nome e que também pudessem convidar outras pessoas para aquele que seria o “Primeiro Grupo de Consciência Negra de Angra dos Reis”.Mas de acordo com a compreensão de Conceição Nascimento:

[...] não podemos falar de começo em termos de Movimento Negro, a gente não tá começando nada. A gente tá dando continuidade, essa luta, ela já vem pragemente. Ela vai tomando feições diferentes de acordo com a época. Foi um processo de invisibilização, negação, mas ela tá muito presente em Angra dos Reis, embora não seja dito.

Conceição diz isso em relação às irmandades religiosas, principalmente a Irmandade do Glorioso São Benedito, no município angrése, da qual ela é devota e pôde realizar estudos sobre esta irmandade.

3.2 FORMAÇÃO DO GRUPO

Como já sinalizado anteriormente, o grupo foi fundado por alguns(mas) jovens de Angra dos Reis, preocupados com a “situação do negro” nesse município e no Brasil. Seguindo a listagem de presença do primeiro livro ata, constam os nomes de Maria Aparecida A. dos Remédios, Délcio José Bernardo, Fátima Rosa, Maria Irene Lopes Rosa, Mariene Florentino da Silva, Andréa dos Santos e Cristiano José dos Santos. Entretanto, para esta pesquisa, realizei entrevistas com aquelas pessoas que foram apresentadas como participantes fundadores(as) do Movimento Negro de Angra dos Reis: Andréa dos Santos, Délcio José Bernardo, Fátima Rosa, Maria da Conceição Nascimento, Maria Nazaré e Mariene Florentino da Silva Caetano.

O que colaborou para a formação do grupo Ylá-Dudu foi todo esse contexto de mudanças, que emergia das lutas dos setores tradicionalmente excluídos e marginalizados, que clamavam por justiça, por espaço e voz na sociedade. (Fátima Rosa)

3.3 AS AÇÕES DO YLÁ-DUDU NA DÉCADA DE 1990

Conforme o levantamento feito sobre as atividades do grupo, jáno ano de sua fundação, este realizou inúmeras ações de conscientização acerca do racismo e suas mazelasno município angrése. Em novembro de 1991, o Ylá-Dudu apresentou um histórico de atividades, entre estas a primeira Semana de Consciência Negra, percorreu escolas conscientizando alunos e professores sobre aquela que seria, de acordo com o grupo, “a verdadeira história do povo negro” e a influência deste em nossa cultura. Seus organizadores promoveram oficinas de bonecas negras “Abayomi”, que carregam uma grande simbologia, representativas das dificuldades enfrentadas pelas africanas e africanos nos tumbeiros durante a travessia do Atlântico. No dia 3 do mês de novembro deste mesmo ano, o grupo apresentou um cronograma de ações para a Semana de Consciência Negra, que segue enumerada na íntegra da forma como foi listada em sua ata:

1. Proposta de cartazes de programa com fotos de orixás.
2. Ficou combinado que as atrações de sábado seriam jongo e capoeira.
3. Sônia irá confirmar a vinda de Renato Branco 04/11/91.
4. Fazer figuras de orixás para usar no “senário” da peça que deverá ser “ensenada” durante a programação da semana da consciência negra.
5. Será feito um documentário sobre negros.
6. Fátima irá falar com Narciso para não colocar apoio na faixa e sim nos cartazes.
7. As faixas sairão por dez mil cruzeiros.
8. A programação será realizada na Praça General Osório.
9. Fazer convites para enviar para entidades angrenses. (Livro Ata, Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu 1991).

Ao analisar este cronograma de ações específicas para a Semana de Consciência Negra, notei haver uma preocupação em relação às religiões de matriz africana, o jongo, a capoeira, com a própria visibilidade do evento, o envolvimento e articulação de outras pessoas e instituições, tendo em vista a realização deste importante evento para o município. Essas articulações demonstram a sensibilidade do grupo em relação à cultura afro-brasileira em seus diferentes aspectos, reafirmando a importância da inclusão dos grupos identitários afro-brasileiros nas ações desenvolvidas pelo grupo no município.

No decorrer do ano de 1991, as várias atividades desenvolvidas já sinalizavam para a necessidade de criação de um documento que regulamentasse a função e o objetivo do grupo, entre outras coisas. Nesse sentido, pensava-se no registro oficial do grupo em órgão específico (cartório de registros) e a construção de um estatuto próprio que regulamentasse tais ações.

A proposta de reuniões do grupo apresentada na primeira ata era que esses encontros ocorreriam nos finais de semana, mais especificadamente nas noites de domingo. Porém, apesar do registro das presenças nos meses seguintes, somente no dia 3 de novembro de 1991 foi registrada uma reunião com uma frequência de dez pessoas – sete mulheres e três homens.

No decorrer das leituras dos registros desses materiais, especificadamente das atas, notei a forte presença do movimento negro de Angra dos Reis na tentativa de fomentar o debate racial, principalmente no âmbito educacional e cultural deste município. Percebi, também, a organização deste grupo em articulação para o envolvimento de outras entidades e instituições municipais.

3.4 O YLÁ-DUDU EM MOVIMENTOS

Diante da necessidade de fomentar o debate racial no município, o movimento negro local utilizou-se de algumas estratégias para instigar e ampliar sua forma de atuação, conforme apresento nas próximas seções.

3.4.1 Ylá-Dudu: o Grupo Musical¹⁸

Mais tarde o grupo passou por um momento de utilizar aspectos culturais como estratégia de conscientização, a exemplo da música, para fazer essa luta. Época do Axé. (Andrea Santos).

O Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu dinamizou suas ações com o surgimento da própria Banda Musical Ylá-Dudu. Essa foi uma das formas encontradas pelo grupo de ampliar e divulgar suas atividades, utilizando-se de uma linguagem mais atrativa e harmoniosa, condizente ao se falar de identidade afro-brasileira, em que a dança e a musicalidade tornam-se elementos fundamentais. A definição de Andrea Santos ao relatar como “estratégia de conscientização” vai ao encontro do que Pereira (2013) afirma: “havia também muitos outros grupos que utilizam até os dias de hoje práticas culturais diversas como elementos importantes para a mobilização política de setores da população negra.” É também o que Délcio Bernardo contou em sua entrevista: “Nós criamos a banda e a banda também era uma alternativa. A gente fazia os debates, apresentava o jongo e finalizava com a banda.” De acordo com Petit (2015), “Para as negras e negros desterrados brutalmente da África para as Américas e cujos algozes procuraram por todos os meios destituir de humanidade, a dança foi um elo indispensável à sobrevivência física e espiritual.”

Em suas apresentações, a Banda Ylá-Dudu despertava e instigava em seus integrantes o desejo de apresentar não somente suas músicas, seu *show*, mas de “se apresentar”, mostrando sua identidade afro, instigando o pertencimento étnico-racial positivamente. Petit (2015) associa tal atitude ao conceito de “pretagogia”, ou seja, “uma pedagogia que potencialize os aprendizados a nossa ancestralidade africana, algo que não vemos muito acontecer.” É possível perceber essa “pretagogia” na trajetória do grupo que buscou no caminho do jongo, da religiosidade, da capoeira, da dança, do falar e do ouvir os elementos

¹⁸ Anexo C

que puderam provocar outras ações, debates e outros movimentos,mas que em sirecaem sobre a mesma parcela da população, a negra.

Durante sua trajetória,a banda realizou diversas apresentações no município, tendo um repertório bem diversificado, como mostra o cartaz divulgado pelo grupo em 1992:



Figura 2 – Material de divulgação Ylá-Dudu

Fonte: Acervo Ylá-Dudu.

Nas noites “afro”, o grupo podia diversificar sua atuação, proporcionando ao seu público um encontro com a cultura afro-brasileira, tão presentes na musicalidade em diferentes gêneros. No decorrer dos anos de 1990, a banda contava com aproximadamente 25 integrantes e se apresentava em praças, escolas ou mesmo na rua, como salientou Dêlcio Bernardo com semblante aparentando um misto de saudade, orgulho e muita alegria em poder relembrar aqueles momentos.

3.4.2 O jongo nos caminhos do Ylá-Dudu ou o Ylá-Dudu nos “caminhos do jongo”¹⁹

A bênção papai, a bênção mamãe também, eu não sou malcriado com ninguém... (Ponto de jongo do Quilombo de Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis).

A aproximação do grupo com os jongueiros de Angra dos Reis e da região também foi uma das principais atuações do Ylá-Dudu. Sobre o reconhecimento da negritude e demais ações relacionadas ao grupo, Maria Nazaré relatou que:

Se reconhecer enquanto negro, fazer outros se reconhecerem também enquanto negro na sociedade, “abrir” a cabeça do povo, correr atrás de algumas lutas nossas, como foi essa praça aqui (a entrevistada apontou para a Praça Zumbi dos Palmares²⁰) que nós conseguimos. E assim por diante, nós demos um pontapé. Assim, eu acho que abriu a cabeça de muita gente. Por exemplo, o Bracuí que não tinha um movimento, hoje já tem o movimento deles independente, que foi a questão do jongo, aos poucos nós fomos levando pra lá, “nós” pela pessoa do Délcio. Délcio como tinha gente na família que foi jongueira, ele foi regatando toda a história do jongo e foi disseminando nessas comunidades quilombolas. (Maria Nazaré L. Rosa).

Tal aproximação teria sido uma das razões para que o jongo atualmente seja mais visibilizado, tendo como consequência a valorização por aqueles que mantêm essa tradição cada vez mais viva, seja no espaço dos quilombos, nas praças ou nas escolas, o girar das saias, o bater das palmas, o desafiar dos versos das jongueiras e jongueiros que por onde circulam nos remetem a um passado que está presente e sobreviveu por sua força e sua resistência.

Délcio lembrou também os encontros de jongueiros que participou e sobre um deles, especificamente, comentou:

Aqui (Angra dos Reis) foi proposta uma nova dinâmica para o encontro. Que até então, a galera se encontrava, apresentava, dançava e ia embora. Em Angra dos Reis nós propomos uma nova dinâmica: que se tivesse uma mesa,

¹⁹ “Pelos caminhos do Jongo e do Caxambu: história, memória e patrimônio”. O livro é parte integrante do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, uma ação de treze comunidades jongueiras do Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo – os jongueiros do Sudeste – e do governo federal, através de uma grande articulação entre o Ministério da Cultura, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). É um produto que pretende atender aos objetivos estabelecidos na própria criação do Pontão: articulação entre as comunidades e os saberes constituídos, capacitação dos jongueiros, pesquisa e divulgação de seu patrimônio. O conhecimento e a divulgação da história do Jongo/Caxambu fortalecem os laços identitários dos jongueiros e contribuem para sua maior visibilidade, especialmente nas escolas, de acordo com a Lei 10639/03.” Maiores esclarecimentos, ver o *site* disponível em: <www.pontaojongo.uff.br/>. Acesso em: 4 jan. 2017.

²⁰ A entrevista foi realizada em uma padaria, localizada em frente à Praça Zumbi dos Palmares, no centro de Angra dos Reis, de onde também é possível ver outros dois pontos turísticos do município, o Mercado do Peixe e as Casas Laranjeiras.

conversas sobre a comunidade, se estavam lutando pelo título da terra ou não. Como estava a questão da educação na escola. A gente ampliou esse debate dos jongueiros. Pois se a gente vai juntar tão grande, diverso de jongueiros, em sua maioria negros. Vai só dançar e ir embora? Então a gente perdia muita coisa com isso. A gente entendeu. E a partir de Angra, você tinha uma roda, onde os mais velhos conversavam, trocavam ideias. E criamos a rede “Memórias do Jongo do Caxambu”.²¹

Na roda do jongo a circularidade se apresenta, com o “mais velho” e o “mais novo”, o girar da própria vida.

Atualmente, o jongo do Bracuí é reconhecido em toda a região e há frequentemente apresentações em diversas localidades, dentro e fora do município. Entretanto, a crítica de Délcio aponta que “o fato de a gente ter o jongo ativo, não significa que estamos valorizando a cultura negra. Essas manifestações ainda não estão nas programações da cidade.” Isso ocorre porque existiriam “fronteiras” obstaculizando, definindo os espaços destinados a determinadas culturas, vistas como primitivas, portanto, incapazes de ocupar espaços notadamente hierarquizados. Sem dúvida, desafios como este necessitam ser superados, enfrentados, paulatinamente.

3.4.3 A capoeira

Se o despertar para a cultura afro-brasileira era a tônica para o Ylá-Dudu, obviamente a capoeira não poderia ficar de fora. Entretanto, ao entrevistar Délcio, percebeu-se anseio de promover durante uma roda de jongo ou de capoeira, o debate sobre as “questões do negro” possibilitando que aquelas pessoas refletissem sobre a história, a cultura do povo negro, bem como as desigualdades que enfrentava. Nesse sentido, inicialmente, um dos fundadores do Ylá-Dudu, o jornalista Délcio Bernardo apresentou uma proposta ao grupo de ministrar ele mesmo a capoeira a um grupo de alunos, como ele mesmo explicou:

A capoeira do Ylá-Dudu era uma vertente do Ylá. A ideia era uma aproximação com os jovens, netos, sobrinhos dos jongueiros. A gente fazia um projeto com o pessoal da associação de moradores do Morro da Caixa D'Água, que nos cederam espaço no domingo de manhã. Era uma capoeira

²¹Em 15 de dezembro de 2005, os jongueiros conseguiram uma grande conquista: o jongo, a partir do reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tornou-se patrimônio imaterial do Brasil. A principal justificativa para esse título foi o reconhecimento de que o jongo era uma prática de resistência da cultura afro-brasileira na região sudeste desde os tempos do cativo.

meio de lazer, batia um papo sobre questão racial, jongo. Tocava jongo e depois pegava o berimbau e jogava.

Ainda de acordo com Délcio, “o jongo e a capoeira vêm no segundo momento para a educação”, ou seja, ao levá-los para o espaço da escola, de alguma forma, o grupo tem a intenção de possibilitar o debate sobre essas manifestações culturais, bem como sua inserção nesses espaços. Diante disso, torna-se necessário o aprofundamento, a ampliação dos estudos referentes à população negra. Como sinaliza Cruz (2005, p. 25):

Nessa perspectiva, não nos parece arbitrário que afro-brasileiros desenvolvam estudos que contemplem sua própria história, tanto porque os estudos nas Ciências Sociais possuem uma objetividade marcada por elementos de subjetividade, quanto porque há atualmente uma imensa necessidade de estudos voltados para a realidade afrodescendente brasileira. A partir de estudos nessa perspectiva, poderemos construir uma nova história da educação no Brasil, que deve ser uma história em que se possa ver a narrativa de acontecimentos por vários observadores, sendo conhecido o lugar que cada um ocupa como historiador e como participante do contexto estudado. Assim, teremos um fenômeno histórico visto por vários ângulos, a partir de várias lentes. Uma história nessa perspectiva merece ser denominada história brasileira.

O Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu tornou-se pioneiro ao realizar no dia 11 de julho de 1993 o Primeiro Encontro de Capoeira de Angra dos Reis, no espaço da Casa de Cultura. De acordo com os registros em ata “o objetivo deste encontro é de discutir qual a relação da capoeira com a raça negra, expor trabalhos e gerar debates o que os grupos de capoeira pensam do Grupo Consciência Negra Ylá-Dudu.” (LIVRO ATA, 4/7/1993).

Neste encontro foram discutidas propostas para maior visibilidade, intercessão da capoeira no município, suas especificidades, desafios, bem como a discriminação ainda sofrida por alguns praticantes desta arte. Entre as dez propostas apresentadas, destaco apenas duas, embora compreenda a relevância de cada uma para estes grupos especificamente.

A proposta nº 2 aponta ser necessário “ter uma associação de capoeirista onde cada um contribua”; a de nº 4 indica também “discutir com o pessoal da capoeira para entrar em entendimento sobre consciência. E em primeiro conscientizar os mestres.” Entre as propostas apresentadas, esta última em especial chama a atenção, pois uma das preocupações do grupo com este encontro era o de sensibilizar “os capoeiras” quanto à conscientização do papel da capoeira como elemento de resistência e de luta do povo negro. Obviamente, a “consciência” sugerida pela proposta está relacionada, sem dúvida, à negritude, pois nesta perspectiva caberia aos mestres de capoeira dar voz a essa história para que a prática desta arte não se perdesse de

seus significantes. Para tanto, a arte da capoeira vai adentrando os espaços da escola, como bem representada por Marisco na imagem abaixo:



Figura 3 – Mariel Marisco em aula de capoeira.

Fonte: Acervo pessoal de Fátima Rosa.

3.4.4 Religiões de matrizes africanas

Embora de alguma forma o grupo tenha sido “gerado” dentro da igreja católica, o aprofundamento das questões que abordam a história, a cultura e conseqüentemente as religiões oriundas do povo negro foi gradativamente tomando espaço também nas discussões, apresentações e eventos do grupo.

Assim, de acordo com Délcio Bernardo, o Ylá também dialogou com as religiões de matriz africana presentes em Angra dos Reis, como comentou:

A gente montou a exposição. A primeira exposição com os orixás na Casa de Cultura foi o Movimento Negro que fez. Os debates da formação de um conselho de cultos afros tiveram a participação bem forte do Ylá-Dudu. A gente correu muito. Quando fomos vendo esses setores que não estavam tão presentes, nós fomos dialogando com eles a fim de trazê-los mais para essa discussão do município.

Ao constatar o envolvimento e articulação que o grupo pôde fazer com as pessoas representantes dos cultos afro em Angra dos Reis, percebi o compromisso que este teve de fato com o resgate, valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Em dado momento de descontração, Mariene relatou que realizaram também determinada enquete com os orixás no espaço do Convento do Carmo. Eles foram no mínimo “corajosos” ao proporem essa dramatização naquele espaço. O que chamou a atenção também foi amaneira como a entrevistada contou esse fato, pois, segundo ela, no momento dessa apresentação a energia elétrica foi interrompida eo grupo optou por continuar com a performance que envolvia também as músicas referentes a cada entidade do candomblé.

3.5 PROTAGONISMO FEMININO: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO NO YLÁ-DUDU

A questão de militância de vida é uma coisa inexplicável porque quando fala de vida, mulher, acho que é visceral, né? Quando se fala de dor a gente chora, sofre, encolhe e quando ressurgue volta com aquela força, uma questão de vida, de dor, de sofrimento. A mulher, acho que tem a ver com o ciclo de vida a mulher quer mudar, é visceral mesmo, você se transforma, renasce, te acalma e não fica só com você. Você quer contaminar, abraçar aos tendões [tentáculos] né? E você quer buscar o outro. (Mariene).

A história do povo negro no Brasil carrega muitas ausências, entre estas as de direitos, fundamentalmente. Ao longo dos quase quatro séculos do regime escravocrata, população negra não pôde desfrutar de políticas públicas que lhes garantissem direitos mínimos básicos. Homens e mulheres, subjugados à categoria de “coisas”, tinham seus corpos violentados de diversas formas, como no trabalho forçado, na violência sexual, moral, social, etc., porém essas mesmas ausências não foram capazes de silenciar essa população, de lhes tirar a força, a resistência, pois em cada canto há esta presença.

Antonia Lana de Alancastre(2013) traz em sua tese de doutorado sobre intelectuais negras a reflexão de Bell Hooks que reafirma os estereótipos construídos em relação à mulher negra, que “para justificar os abusos sexuais e a violência, a supremacia branca, criou uma iconografia de corpos de negras sensuais e, extremamente dotadas de desejos sexuais.” (HOOKS, 1995 apud ALANCASTRE, 2013, p. 36). Este estereótipo ainda paira no imaginário social, pois em relação ao homem negro, a figura do “reprodutor”, do sexualmente

privilegiado também povoa o pensamento racista, legitimado a “vantagem” e ou “qualidade” do “negão”, ou seja, não se compreende como um ato discriminatório.

No que concerne às desigualdades existentes, como sinalizados nos dados oficiais de pesquisas como as realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há disparidade entre brancos e negros, porém no recorte de gênero, a mulher negra em relação ao homem negro também apresenta desvantagens. Isto leva à conclusão de que urge fomentar o debate sobre gênero, e pensar políticas públicas específicas para cada grupo. Neste trabalho, o foco está sobre as questões que envolvem as mulheres negras, mas é preciso lembrar também de outras mulheres, como as indígenas, as ciganas, aquelas com necessidades especiais, as lésbicas, enfim, todas com suas especificidades, seus desafios, suas lutas, estando ou não em movimentos coletivos ou em seu movimento individual cotidiano de garantia de direitos. Concordo que:

O desenvolvimento do movimento de mulheres durante estes 188 anos se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres, a partir da denúncia sobre a invisibilidade feminina nos espaços domésticos e da sua posição secundária na sociedade. (BRASIL, 2010, p. 33).

Conhecer a história do povo negro no Brasil, antes e pós-diáspora africana possibilitará compreender não somente as questões que envolvem a população negra, mas a necessidade de reconhecermos, de forma inclusiva, a trajetória histórica, social e cultural da mulher negra neste país. O reconhecimento dessa história traz subsídios que auxiliarão no entendimento da especificidade apontada pela relação entre “mulher” e o adjetivo “negra”. A junção ou interseção “mulher negra” apontará também para demandas específicas.

Raquel de Andrade Barreto (2005) analisou sua tese a trajetória de duas intelectuais negras: a norte-americana Angela Davis e a brasileira Lélia Gonzáles, que em contextos diferentes fizeram o recorte racial nas questões que abordam o feminismo. Sobre isso, Barreto (2005, p. 111) afirma:

As críticas comuns levantadas pelas mulheres negras dos dois países eram muito semelhantes. Giravam em torno da prevalência de uma agenda política que não contemplava as mulheres negras e populares, dificuldades de discutir classe e raça neutralizando as outras dominações submetidas às mulheres; insistência num padrão de feminilidade que historicamente jamais contemplou as mulheres negras e, ainda, a sua relação com os homens.

As frequentes divergências entre as mulheres negras e o movimento feminista puderam, de certa forma, inaugurar o chamado feminismo interseccional²², fator preponderante para repensar raça e gênero.

Além disso, cresceram e têm crescido núcleos de pesquisas sobre as mulheres e as relações de gênero nas universidades brasileiras. Desde os anos 1980, as feministas acadêmicas vinham se articulando para o reconhecimento das temáticas mulheres e feminismo nos núcleos e associações acadêmicas. (BRASIL, 2010, p. 33).

No movimento negro de Angra dos Reis, diante da fala dos(as) entrevistados(as), ficou claro que a tônica de suas ações/formações, se pautava na construção da identidade negra, portanto, alicerçados no combate ao racismo. A percepção e valorização da negritude tornaram-se fundamentalmente aspectos definidores das relações naquele coletivo. Ao serem questionados(as) sobre a participação feminina no grupo, foram unânimes em declarar não haver, de forma alguma, assimetria no que tange à relação de gênero no interior do grupo.

Outro fator importante é que sempre teve a militância das mulheres negras do grupo, que são muito fortes e politizadas. Além disso, havia lideranças de movimentos e comunidades com muita expressão. Somado a esses fatores sabemos que a exclusão da mulher negra é violentíssima, então esse aspecto feminino sempre apareceu de uma forma ou outra. (Andrea dos Santos).

Ao viver numa sociedade patriarcal, na qual as mulheres ainda são tuteladas pelos homens (pais, irmãos e posteriormente, os namorados, maridos), mesmo com todos os movimentos realizados pelas mulheres no decorrer da história, em prol de igualdades de direitos entre mulheres e homens, a sociedade é machista e gera outras formas de discriminação. Em nossa sociedade, homens e mulheres foram em sua maioria educados a desempenharem papéis diferentes, com funções também distintas, tanto na família quanto fora dela. Ao homem caberia o dever de manter o lar, enquanto à mulher caberia “cuidar” da casa, da família.

Nas relações sociais, quando se faz o recorte de gênero, os índices de hierarquização que resultam na desigualdade entre homens e mulheres em muitos aspectos são determinantes dos espaços ocupados por eles e elas. Nesse sentido, vale lembrar que:

No Brasil, estes acontecimentos reverberaram intensamente. Apesar do cerceamento das liberdades democráticas, novas organizações de mulheres

²² A junção ou cruzamento do debate das questões de gênero e raça, na década de 80, Kimberle-Crenshaw.

emergiram no país. Paralelamente aos movimentos sociais que se levantavam contra a ditadura militar, as feministas propuseram-se, desde meados dos anos 70, a denunciar a dominação sexista existente, inclusive no interior dos grupos políticos, defendendo que o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas gerais do povo brasileiro. (BRASIL, 2010, p. 25).

Não somente no Brasil, mas em vários outros países, tanto nas Américas quanto na Europa, as mulheres foram demonstrando suas insatisfações em relação aos direitos reservados aos homens e negligenciados a elas. Uma das reivindicações dessas mulheres era o seu direito de escolha sobre sua vida, ter o direito de participar da vida política e econômica de seu país, além do direito ao voto e a possibilidade de se candidatar a um pleito. Porém, este era um direito conferido somente aos homens, ou seja, seus “tutores legais”, pois de acordo com o Código Civil Brasileiro (1916), as mulheres casadas eram consideradas incapazes, assim como os menores de idade. Em relação à mulher negra, Andrea dos Santos salienta que no Ylá-Dudu:

A questão da mulher negra esteve em pauta em alguns momentos formalmente e nas discussões. Um tema sempre presente informalmente nos bate-papos, pois é impossível discutir a situação do povo negro sem emergir e reconhecer a importância da mulher e em especial da mulher negra.

Os debates sobre as questões de raça, gênero e classe, entre outros, precisam ser fomentados nos diferentes espaços sociais, seja na família, na escola e demais instituições.

A gente começou a pensar de uma forma diferente até por que a gente era negra e era negro e sentia na pele enquanto negro e via naquilo em 1988 como uma chance diante de seus cem anos pra nós foi muito forte foi através daí que começamos a conversar nisso aí. Tinha muitas mulheres, tinha homens, mas nós éramos a maioria [...]. (Maria Nazaré).

4 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

Na medida em que a gente criou o grupo e foi fazendo essas discussões, entendia que já era interessante e que já era uma questão apontada pelo movimento negro desde a década de 1930, desde a FNB que era a questão da educação. (Délcio Bernardo).

Neste capítulo, o foco recai sobre as ações do Ylá-Dudu que culminaram em políticas públicas no município de Angra dos Reis e influenciaram a educação de forma geral. Entretanto, inicio com uma breve contextualização sobre movimento negro e educação.

4.1 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em relação aos movimentos sociais negros, recorri a alguns autores para a construção desta pesquisa. Eles apontam fundamentalmente que é no campo da educação que o movimento negro tem atingido grandes e importantíssimos avanços, apesar de a educação ainda ser notadamente eurocêntrica e, obviamente, reprodutora desse *status quo*. Sendo também uma das frentes na qual os movimentos sociais negros mais intensificaram suas lutas e reivindicações nas últimas décadas e será este um dos objetivos deste capítulo e a tônica de toda a presente pesquisa. Nesse sentido:

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravo, e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito (CRUZ, 2005, p. 29).

Em seu artigo “A influência do Movimento Negro Brasileiro na construção e promoção de uma educação multicultural no país”, Araújo (2013, p. 27) afirma que:

O direito à educação é uma reivindicação antiga do Movimento Negro Brasileiro, desde suas primeiras organizações pós-abolição da escravatura, que este já reivindicava do Estado uma educação pública para todos, ou seja, desde sempre o direito ao acesso à educação formal tem sido meta almejada por este movimento social.

Para Araújo (2013), a educação não era vista somente como uma estratégia fundamental de inclusão social, mas também como possibilidade de ascensão social e cultural, tendo em vista também o alcance da cidadania para esses sujeitos. Entretanto, sabemos que o silenciamento da escola frente a algumas questões, tais como: racismo, gênero, intolerância religiosa, sexismo, entre outras, necessitam ser transformadas em pautas cotidianamente a serem discutidas, refletidas para que haja, de fato, o enfrentamento de tais questões e estas possam ser combatidas. O receio do conflito, o “tomar uma posição” política de fato, o “não querer se envolver”, enfim, tantos são os fatores que impedem o ampliar do olhar, que nos impede de ver o óbvio.

A narrativa de Mariene Florentino da Silva Caetano, uma das entrevistadas na pesquisa, demonstra as questões descritas anteriormente:

Nós fomos à escola fazer palestras. Os jovens de classe média xingavam a gente: “Vocês são feios mesmo, esse nariz de vocês!” Em grupo criava uma força, aí tomamos uma postura de educadores, a gente em grupo descobriu que não é na briga na porrada que a coisa ia, né? A gente teve que aguentar a raiva que estava enrustida nas pessoas, né? Que elas ia [iriam] colocar pra fora. Aí veio ritmo, vamos mergulhar nessa questão da negritude como um todo da fala a força de se libertar e a alegria que é própria do negro. Porque tem muita dor, tem muito choro, mas tem alegria, então a gente entrava na sala de aula tocava os instrumentos cantava e perguntava as crianças o que eles sabiam sobre as histórias e falava. Depois teve caso em que professores chamaram a gente para ajudar porque tinha caso de determinada menina que tinha dificuldade de falar de se comunicar se sentindo discriminada por causa de cabelo. Eu tive caso de três escolas que me chamava para fazer dinâmicas com as meninas, mas eu não fazia dinâmica com a menina, fazia com a turma e depois a professora vinha me falar que a dinâmica teve efeito. (Mariene).

A atuação do grupo e da própria Mariene demonstram a maturidade que o grupo ainda no início já apresentava no trato de questões tão complexas e tão profundas.

Infelizmente ainda paira no imaginário de muitos o mito da democracia racial, a partir da qual creem que o país vive em perfeita harmonia com sua “mistura de raças”. Assim apontam alguns muito incomodados(as) quando são levantadas as questões raciais, nas quais um grupo apresenta de fato “vantagens” em relação ao outro, como Schucman (2012, p. 108-109) afirma:

Sobre as características demarcadoras entre brancos e não brancos, compreendi que os indivíduos, querendo ou não, são classificados racialmente logo ao nascerem: àqueles classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial a que pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso,

moralidade, etc. Este traço de superioridade contido na construção social da branquitude produz significados compartilhados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma, reproduzindo-os. Dessa forma, os conteúdos racistas de nossa linguagem, bem como a ideia de superioridade racial, são ainda apropriados pelos sujeitos. A concepção estética e subjetiva construída diariamente acerca da branquitude é, em nossa sociedade, supervalorizada em relação às identidades raciais não brancas.

A partir do ano de 2000, mais precisamente em 2003 com a lei nº 10.639/03 sancionada em 9 de janeiro de 2003, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, bem como a História da África e dos Africanos tornaram-se obrigatórios. Segundo Délcio Bernardo, no Ylá-Dudu:

A gente foi ajustando as coisas. Neste ajuste, o MN [movimento negro] até se afastou um pouco das escolas, porque você começa a ter os cursos de formação para os professores. Formação do professor para este debate. Daí, o MN foi para a escola como convidado mesmo. Você já tem uma ação que está sendo feita, muito do que já vinha sendo feito antes. A lei reforça o que a gente já estava falando, a lei vai te garantindo isso.

Fazendo um paralelo entre as ações do Ylá-Dudu anterior e posterior à lei nº 10.639/03, Délcio comenta:

Hoje você tem uma nova pegada. Neste momento [2003] nós tínhamos formação acadêmica, acho que eu, mas não tinha formação acadêmica para a questão racial. Já tínhamos trazido aqui Mônica Lima, André Brandão, a professora Iolanda [Oliveira]. Depois fui ao Penesb que abriu um pouco o leque deste conhecimento. Aí a gente trazia os professores do Penesb. Marta Abreu fazia formação com a gente. Mas assim, uma coisa muito difícil de fazer. Porque o MN não tinha estrutura para isso. Contamos muito com a colaboração da Mônica Lima que foi nossa parceira número um. A genteligava e ela vinha. A Mônica foi uma das pessoas que mais veio. [...]. André Brandão, questão social/racismo. A Magali, enfim, Amauri [Pereira], a Joselina que fazia a noite da beleza negra. Eram coisas que o MN promovia e sem recursos. Custeava, pegava nosso pouco dinheirinho, pagava passagem, almoço, arrumava local para as pessoas ficarem. Mas depois que vem a lei, muda um pouco o quadro. Tem que pagar essas pessoas mesmo para vir fazer as formações continuadas. A gente não conseguia fazer isso. Então a lei reforça e, de certa forma, qualifica. Não é qualificar, mas acho que sim... [qualifica] o trabalho porque você consegue fazer um acompanhamento.

Em relação às políticas públicas discutidas, questionadas, conquistadas ou não, percebemos o quanto os movimentos sociais negros puderam fomentar, instigar, promover o debate em diversos espaços e momentos, pois pensar em educação é pensar em diferentes

sujeitos e suas especificidades, sejam elas sociais, culturais, religiosas, de gênero, enfim, uma educação que possibilite que a diversidade esteja em constante diálogo na/para a construção de sujeitos coletivos, uma educação que tenha como mote o combate a todas as formas de discriminação, que seja e ou se construa uma educação antirracista, “libertadora” (FREIRE, 1987) verdadeiramente.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

O desejo inicial era basicamente abrir espaço para denunciar e discutir as contradições e as injustiças vividas pelo povo negro. Então, se a escola abria espaço ou qualquer outro grupo solicitasse os representantes do Ylá-Dudu, se apresentavam e faziam um diálogo com o público em questão. Levantando aspectos históricos e atualidades que demonstrassem a falácia da democracia racial e a necessidade da promoção da igualdade racial no país. Sempre enfatizando a necessidade da promoção da educação inclusiva, seja em seus aspectos de manutenção do(a) aluno(a) negro(a) na escola, quanto nos aspectos curriculares. Este último, via de regra, geralmente excludente. (Andrea dos Santos).

Durante toda sua trajetória, o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu pôde estabelecer uma relação de diálogo com diversos setores, entre eles instituições públicas e privadas, momentos sociais variados, sujeitos individuais e coletivos. Porém, neste capítulo nos debruçaremos sobre as parcerias entre a UFF e o governo municipal, através da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis. Apresentarei algumas ações desenvolvidas por meio dessas parcerias que possibilitaram a inserção e promoção do debate racial na educação municipal.

4.2.1 Educação em movimento em Angra dos Reis

Abordarei aqui algumas ações do Ylá-Dudu em parceria com outras instituições que puderam ampliar no município o debate sobre as questões étnico-raciais, objetivando, portanto, uma educação antirracista. Entre essas parcerias, destacarei aquelas que objetivaram desenvolver projetos no âmbito da educação.

No estatuto²³ do grupo, em seu segundo capítulo, uma “das finalidades” do grupo apresenta como objetivo:

Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro. (Estatuto Grupo de Consciência Negra, 1994, p. 2, artigo 2º, C).

Nesse sentido, sinalizarei algumas ações que apresentaram e apresentam grande relevância no desenvolvimento de ações de conscientização e combate ao racismo no município angrense. Assim, o diálogo estabelecido entre o grupo, a Secretaria Municipal de Educação e a universidade denotam a importância que o Ylá-Dudu ainda no início de sua formação pôde perceber e conseqüentemente valorizar, vislumbrando uma articulação necessária que, possivelmente lhes garantiria um livre acesso aos espaços educacionais que tanto almejavam. Entendemos que essa articulação foi preponderante para que o grupo ampliasse seu foco de atuação nos espaços educacionais.

Entretanto, reporto-me ao início do grupo, quando eles ousaram ir para as escolas ensinar, segundo um de nossos entrevistados, “a verdadeira história do povo negro”. Ainda de acordo com Délcio Bernardo, seu “primeiro contato” com a escola enquanto movimento negro teria ocorrido da seguinte forma:

A gente começou a fazer contato com o secretário de educação, que na época, era o Luís Caldas professor de história e fizemos. Bem, essa é minha primeira memória, uma agenda com várias escolas para falar sobre a questão racial. Aconteceu bacana. Depois, organizamos uns esquetes [...]. A gente organizou porque entendia que a esquete era uma linguagem interessante de conversar com os alunos.

Segundo Maria Nazaré, a constituição da família, filhos(as) e demais compromissos decorrentes deste fato, foram sem dúvidas, decisivos no afastamento dela, como de sua irmã, também integrante/fundadora do grupo. Ainda de acordo com Nazaré: “foi nascendo os filhos, a gente foi se afastando”.

Assim, Nazaré conclui que “quem atuava assim mais nas escolas, passou, ficou sendo o Délcio. Ele mesmo pegou pra estudar a questão racial. Então ficou mais a cargo dele.”

Nazaré também deu pistas quanto à metodologia utilizada pelo Ylá-Dudu nas escolas:

²³ Estatuto registrado no Cartório de 1º Ofício, protocolo nº 464, Livro, fls 39, registrado sob nº 288, Livro A2 em 27 de junho de 1994. Anexo D

A metodologia era da fala, a gente não tinha muita dinâmica não. Vamos lá nessa escola fazer uma dinâmica, atingir esse objetivo? Não. A gente chegava lá, chamava as crianças e falava um pouco das questões raciais. Outro método seria também através da capoeira, da dança e ia o pessoal lá, falava da capoeira, do jongo. Ali a gente abria o debate, conversava sempre muito através do debate, muitas colocações. (Maria Nazaré Lopes Rosa).

De acordo com os(as) entrevistados(as), a avaliação das ações desenvolvidas nas escolas foram “positivas”, entretanto, Délcio pondera que “o que a gente viu, percebeu foi que teve um pequeno avanço” esobre esse avanço, comenta:

Quando nós começamos, não tínhamos notícias de escolas que faziam ações no dia 20 de novembro, por exemplo, não tinha essa discussão. Até tinha algumas escolas que faziam no dia 13 de maio, mas pouquíssimas escolas. Na década de 90 percebemos que várias escolas faziam o 20 de novembro. Inclusive, tinha o professor Eugenio na Monsuaba, na [Escola Municipal] Benedito dos Santos Barbosa, veio até o livro do aluno, história do “aluno caminhador”. Era um dia inteiro de atividades. Levei o professor de CPB[Cultura Popular Brasileira]. Discutia-se coisa pra caramba. As meninas pesquisavam sobre várias manifestações negras, enfim, tinha uma feira cultural na escola.

Andrea dos Santos informou que “estive na discussão de criação do grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu no período anterior à sua formalização, 1990/1991, até aproximadamente 1993. Depois, participei esporadicamente de algumas ações e eventos.” Porém, ao analisar a trajetória do grupo, concluiu que:

Mesmo me afastando, percebi que o grupo amadureceu muito quanto à discussão nessa área cultural, de legislação e de promoção de políticas públicas, além de buscar articular com outras frentes a nível municipal, regional e nacional as lutas durante todos esses anos. (Andrea dos Santos).

4.2.2 Curso de Extensão Universitária Negros e Negras em Movimento(CEUNNM)²⁴

Os professores Maria das Graças Gonçalves e José Luís Antunes, ambos docentes da UFF e antigos coordenadores do grupo, definiram esse curso da seguinte maneira:

²⁴ O Projeto de Pesquisa e Extensão Universitária “Negros e Negras em Movimento: relações étnico-raciais na escola e o debate sobre a lei 10639/2003” centraliza as questões sociais, culturais, políticas e educacionais que envolvem a população afro-brasileira; a discussão necessária do preconceito racial; e a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico raciais no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em instituições educacionais brasileiras. (GONÇALVES; ANTUNES, 2008).

Esse projeto, numa parceria entre a Universidade Federal Fluminense, através da PROEX/UFF, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Sociedade Civil, através do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, do Movimento Negro local, empreendeu uma cadeia de ações sistematizadas para trabalhar de forma institucional, na pesquisa educacional e extensão: formação de educadores e agentes sociais militantes do movimento negro; vivências culturais; e produção de projetos pedagógicos e materiais de ensino. (GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p. 12).

Sobre esse curso, os autores ressaltam que:

O trabalho em destaque favorece o movimento de abertura para a realização de múltiplas interações entre a Universidade e os diferentes atores sociais, no âmbito dos poderes públicos locais de Angra dos Reis, materializadas em projetos pedagógicos oriundos de diferentes escolas públicas, e também com a sociedade civil, em especial com o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, de Angra dos Reis. Discutindo, articulando saberes, estabelecendo debates, reconhecendo os sujeitos cognoscentes e realizando sistematizações contribuem para os processos de formação continuada dos educadores presentes no espaço escolar e em outros espaços de nossa sociedade.(GONÇALVES; ANTUNES, 2008, p.12).

A justificativa desse curso ao ser apresentado às instituições envolvidas é a seguinte:

É nesse contexto que reafirmamos, para este projeto, a parceria com o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, de Angra dos Reis, que se tornou uma referência também para os municípios vizinhos. Baseado no respeito e na valorização do povo, da cultura e das religiões de matriz africana, esse grupo organiza, na região de Angra dos Reis, cursos, palestras, oficinas, integrando o movimento negro nacional ao local. Organiza também, atividades culturais que resgatam a identidade negra como o estudo e a prática do jongo, da capoeira entre outros. Em suas investidas também se incluem importantes atividades em escolas estaduais, municipais e particulares, em parceria com a Secretaria de Educação local. (Projeto de apresentação do CNNM, 2006).

Esse curso formou quatro turmas entre os anos de 2006 e 2008, totalizando aproximadamente 250 pessoas, que acompanhei como bolsista de extensão do curso de pedagogia da UFF. Essa experiência me possibilitou pensar além de minha formação acadêmica, puramente técnica, mas em uma formação para as relações humanas.

Ao término desse curso, os cursistas e demais interlocutores, desejosos da continuidade do debate das questões raciais no município, juntamente à equipe de

coordenação deste e respectivas instituições parceiras, conseguiram que no ano de 2007 fosse criado o Fórum Municipal Permanente “Negros e Negras em Movimento”²⁵.

Em 2012, as parcerias entre UFF, Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e Ylá-Dudu promoveram o curso de pós-graduação *lato sensu* “Diversidade Cultural e Interculturalidades: Matrizes Indígenas e Africanas na Educação Brasileira”, tendo também a participação do Programa Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB/UFF).

Ao falarmos em políticas públicas que envolvem o movimento negro, temos uma recordação de um momento específico, uma aula do curso de Extensão Universitária Negros e Negras em Movimento (CEUNNM). Durante a formação do CEUNNM de 2006, a professora Perses Canella, durante sua fala sobre as irmandades negras, dizia: “a orelha vai à escola [...]”. Dito isso, a professora explicou que negros e negras escravizados(as), como já sabido, não tinham direito à educação, porém eram os que levavam os filhos e filhas de seus senhores para os locais destinados à sua escolarização. Assim, os(as) escravizados e escravizadas de alguma forma “estavam lá”, ouvindo e conseqüentemente aprendendo, sendo alfabetizados. A apropriação daquele conhecimento, naquele local e daquela forma, foi sem dúvida uma das muitas estratégias para que determinados conhecimentos aprendidos e apreendidos pudessem circular entre os demais que não usufruíam do mesmo espaço.

Nesse sentido, em relação à sua formação, Délcio também aponta que após a sua especialização:

De posse desses conhecimentos, foi possível fortalecer uma série de parcerias e abrir outros caminhos, levando comigo representantes das comunidades jongueiras, ou seja, novamente abrindo as portas da escola, através de parcerias com prefeituras de cidades vizinhas, curso de pedagogia da UFF de Angra, Secretarias de Educação e Cultura, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social, Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE), Ateneu Angrense de Letras e Artes (AALA), Museu do Folclore, Associação Quilombola do Estado do Rio de Janeiro (AQUILERJ), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (BERNARDO, 2005, p. 48).

²⁵ O fórum esteve atuante nos anos de 2007 e 2008. Em 2014, foi reativado, sendo realizados encontros até o ano de 2016, promovendo o debate acerca das relações étnico-raciais em Angra dos Reis.

4.2.3 Ações do Ylá-Dudu

É incontestável a importância da criação e existência do grupo de consciência negra nessa cidade. O grupo passou por vários momentos históricos e reagiu e se modificou coerentemente durante esses anos. Amadurecendo em suas ações. Passando da denúncia e conscientização para a proposição de políticas públicas e articulação das lutas em outras esferas, com diversos sujeitos sociais. (Andrea dos Santos).

Ainda sobre as diversas parcerias firmadas, o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, de acordo com o histórico elaborado pelo próprio grupo para a Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, realizado no ano de 2013 em Angra dos Reis, durante sua trajetória, tais parcerias foram articuladas: “com setores dos movimentos sociais e instituições públicas e privadas, a exemplo também dos grupos indígenas e quilombolas.”

Sobre esta conferência, a coordenadora do Ylá-Dudu afirmou:

Na conferência municipal de 2013 a gente não participou como, tinha membros do Ylá-Dudu, tinha Andrea, tinha o Délcio, tinha uma galera na coordenação da conferência, mas isso ficou mais puxado pelo governo, era uma conferência puxada muito pelo governo, pelo mandato do vereador Eduardo Godinho. Na época, a gente, o movimento foi só como participante mesmo, saímos como delegados. Eu fui à conferência estadual, a Margarida, mas a gente não teve atuação direta. Mas é claro que Délcio é membro fundador, Andrea também membro fundador do Ylá-Dudu eles já estavam fazendo essa conversa pelo governo e pelo mandato do Godinho. (Jaqueline Máximo).

Vale destacar outras iniciativas relacionadas ao Ylá-Dudu que, de certa forma, “denunciam” a relevância desse grupo à história recente do município de Angra dos Reis. Entretanto, essa história “ainda” não está presente na história oficial do município, no currículo das escolas, nem tampouco para o conhecimento dos munícipes, pois o grupo não possui um espaço físico, no qual pudesse arquivar seus documentos, realizar seus encontros, reuniões, formações, etc. Essa constatação também foi apontada por Maria Nazaré como um dos desafios enfrentados pelo grupo, no qual questiona: “O Ylá-Dudu tem uma sede? Não, não tem. [...] A gente não tem uma coisa física, a gente tem muitos registros, mas eu não sei onde estão esses registros.”

Embora tendo se tornado “entidade de utilidade pública” no município, aparentemente não percebemos que este fato possa ter influenciado no reconhecimento do grupo e conseqüentemente de sua trajetória.

Uma das conquistas do Ylá-Dudu também destacadas por nossos(as) entrevistados(as) foi sem dúvida a mudança do nome da Praça Duque de Caxias para Praça Zumbi dos Palmares²⁶. Entre outras conquistas, está a instituição no município de Angra dos Reis do Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – decreto nº 7.660. Entretanto, anterior à criação desse comitê, a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial(SEPPIR) aponta para uma das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, entre outras, diz respeito à “articulação necessária com os estados, os municípios, as organizações não governamentais (ONGs) e iniciativa privada”. Nesse aspecto, com a criação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR)²⁷, estabeleceu-se essa articulação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). No Termo de Adesão²⁸ ao respectivo fórum, no que tange aos municípios, destaca-se a:

Criação, pelo Município, de um organismo (Secretaria, Superintendência, Diretoria, Coordenação ou outro), em seu organograma, respeitando os aspectos jurídicos, enviando a cópia do ato de criação do organismo à SEPPIR. Recomendável que seja vinculado ao gabinete do prefeito, com o objetivo de realização de parcerias como Governo Federal, Sociedade Civil e Organismos Não Governamentais garantindo a execução das políticas de Promoção da Igualdade Racial. (BRASIL, 2008).²⁹

Diante disso, a prefeitura municipal de Angra dos Reis, em 22 de novembro de 2010, instituiu o Comitê Gestor de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, no qual a Secretaria Municipal de Educação em seu relatório datado de 2012, faz um pequeno histórico da discussão racial no município, apontando a parceria com o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, no qual sinaliza esta trajetória como algo “crescente” no município, tornando explícita a participação do movimento negro local nesse processo.

²⁶ Lei nº 477/L.O. de 5 de novembro de 1995.

²⁷ De acordo com o referido Termo de Adesão ao FIPIR, no qual em sua cláusula 1ª consta o objetivo deste fórum, a saber: “visa a implementação de estratégias que visem à incorporação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas ações governamentais de Estados e Municípios, mediante a promoção de uma ação continuada entre as três esferas de governo (federal, estaduais e municipais), constituindo um espaço de articulação dos organismos públicos, cuja efetiva participação das/os gestoras/es coordenadoras/es da Política de Promoção da Igualdade Racial é fundamental para sua estruturação.

²⁸ O Termo de Adesão ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivo “estabelecer parceria para a construção e implementação de um conjunto de ações que beneficiem as comunidades tradicionais com ênfase na população negra. Maiores informações disponíveis em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/fipirestadual.pdf/view>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

²⁹ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/fipirestadual.pdf/view>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Jaqueline Máximo, atual coordenadora do Ylá-Dudu, comentou que:

Então teve uma forte influência do Ylá-Dudu, porque foi a partir do momento que o Délcio junto com a Luiza Helena, professora Luiza, que hoje tá na prefeitura de Paraty, na Secretaria de Educação, a partir da ida deles para a Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, no governo do PMDB, é que se teve essa articulação de se criar um conselho gestor. [ES] tava se tentando criar uma coordenadoria ou uma superintendência, mas já que tinha uma certa barreira, então criou-se este conselho gestor dentro da educação, onde abrigava todas as secretarias, várias secretarias, acho que quase todas, para se discutir a promoção da igualdade racial.

Entre os seis artigos que compõe este decreto, o 3º, em seu inciso 10º, versa sobre “contribuir na construção e organização do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial”.

4.3 CONSELHO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE ÉTNICA

Em 24 de agosto de 2011, a lei nº 2.783 instituiu no município de Angra dos Reis, o Conselho Municipal de Igualdade Racial e Diversidade Étnica. Porém, somente ao final do ano de 2014, os membros deste conselho tomaram posse.

No ano de 2014, ao atuar na coordenação na Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, fui representante deste conselho que foi formado obedecendo as orientações de paridade de representações entre governo e sociedade civil.

O Conselho de Igualdade Racial e Diversidade Étnica teve como sua presidenta nos anos de 2014 a 2016 a atual coordenadora do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, a professora Jaqueline Máximo Moreira. Jaqueline nos relata como foi o contexto de criação desse conselho:

A criação do Conselho com certeza foi uma influência muito forte da atuação do Ylá-Dudu. Do nosso grupo, né? Por que na época, o mandato do vereador que fez a lei foi o vereador Cordeiro, apesar de ele não ter chamado o movimento para discutir essa lei, a formação dessa lei e tal. Mas a assessoria dele participava de muitos seminários de formação nosso. Inclusive, nos últimos momentos, a gente trouxe a professora Magali [Sacramento] e trouxe de novo a professora Mônica Lima, mas falando da questão da religiosidade e eles eram muito envolvidos com as religiões afro-brasileiras. Então, a partir disso, com certeza, assim pela influência do Ylá-Dudu e agente[es] tava vivendo um momento bastante forte de vários seminários, de muito debate, de fazer várias rodas de conversa no centro, influenciou, fortaleceu, foi um *start*, botão de *start* para a criação dessa lei,

apesar de a gente não ter discutido junto com o mandato do Cordeiro na época, mas é uma lei interessante.

O grupo também teve participação efetiva na criação de um Conselho de Cultos Afro no município, atualmente a União Municipal dos Umbandistas e Candomblecistas de Angra dos Reis (UMUCAR). Entre outras atividades, a UMUCAR participa junto ao Ylá-Dudu da lavagem do busto de Zumbi no dia 20 de novembro, atividade que se tornou uma tradição no município.

Em 2017, com nova gestão no governo municipal, obviamente o quadro de membros titulares e suplentes serão substituídos, bem como uma assembleia para eleger uma nova presidência, de acordo com seu estatuto que fora construído no ano de 2015. Ainda neste ano foi realizado o 1º Congresso de Diversidade Cultural de Angra dos Reis no Instituto de Educação Angra dos Reis (IEAR/UFF) e em 2016 a sua segunda versão. Entre outros parceiros, o Ylá-Dudu esteve presente, podendo contribuir na organização deste.

No ano de 2014, na Casa Larangeiras, foi discutido por representantes de diversas instituições e movimentos sociais angrenses sobre a necessidade de visibilizar as ações já desenvolvidas no município. Nesse sentido, foi criado o evento Agosto Cultural: Tradição e Resistência. Durante todo o mês de agosto, várias atividades foram realizadas em diferentes espaços do município, tendo em vista a promoção da cultura em suas especificidades. Assim, as atividades foram ao encontro da diversidade cultural de Angra dos Reis, no qual a proposta era a realização de atividades na Praça Zumbi dos Palmares (centro de Angra dos Reis), no Quilombo de Santa do Bracuí, na Aldeia Sapukaí, em encontro de caiçaras, em escolas municipais, enfim, articular entre os diversos interlocutores o resgate, a valorização, a divulgação da história, da cultura de Angra dos Reis em sua diversidade, reafirmando a importância da “tradição” expressa na memória do povo, traduzido em resistência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo que o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu promoveu com as diversas instituições destacadas nesta dissertação e também com os diversos grupos representantes das manifestações negras presentes no município de Angra dos Reis, como o Quilombo (de Angra e também da região), o jongo, as religiões de cultos afro-brasileiros, a capoeira, entre outros, levanta a reflexão sobre a capacidade que o grupo teve de construir sua identidade coletiva no município. Concomitantemente, seus atores re/construíam e fortaleciam suas identidades individuais positivamente, elevando sua autoestima ao se reconhecerem no outro. Nessa relação, eles se fortaleciam mutuamente, ou seja, puderam instigar, fomentar e, acima de tudo, contribuir para a conscientização da cultura e do pertencimento étnico-racial positivo. Assim, através das articulações com demais movimentos angrenses, eles puderam coletivamente reafirmar suas identidades, num movimento de valorização e preservação destas.

Neste último capítulo, ressaltou três aspectos que, na minha compreensão, pontuaram as ações do Ylá-Dudu, principalmente no início de sua formação. Tendo em vista sua forma de atuação, evidenciando unidade na sistematização dos objetivos, tanto específicos quanto gerais, trata-se de uma organização complexa, pois suas atividades visavam ações individuais e coletivas, como: adquirir conhecimentos específicos da população negra no Brasil, fomentar a cultura desse povo e refletir sobre todo esse contexto. Sobre tais aspectos, busco aprofundar a discussão sobre o estudo das “questões do negro” e a “construção da identidade negra” positivamente.

Sobre esse primeiro aspecto, os(as) entrevistados(as) demonstraram preocupação com a aquisição e o aprofundamento acerca da história, da cultura do povo negro, direcionando para isso as ações do grupo no início de sua atuação. Com esse posicionamento de se “prepararem primeiro”, compreenderam a lógica, a estrutura na qual se alicerça o racismo, buscando a compreensão de todo esse contexto, conseqüentemente, constituindo-se enquanto negros e negras, assumindo o pertencimento étnico-racial positivo, tanto individual quanto coletivamente. Posteriormente, após o “aprofundamento” nessas discussões, tinham como objetivo: fomentar e promover o debate racial no município.

Andrea dos Santos, em uma imersão ao passado, numa mistura entre o “EU” e o “NÓS”, o individual e o coletivo, apresenta sua tradução do que representou/representa o Ylá-Dudu:

Esse grupo marcou a vida e a trajetória daqueles que foram e são seus membros de forma significativa. Foi fundamental para reafirmação política daquilo que somos como sujeitos sociais, com identidade, com cultura e história. Nos tornamos mais fortes como mulheres e homens negros, sabendo que não estamos sozinhos, ressignificando assim, nosso modo de ser e viver. Buscando sempre transformar as pequenas e grandes coisas [...].

Da mesma forma, os demais entrevistados relataram em graus de intensidade variada, porém com a mesma preocupação de explicitar a importância que o grupo representou/representa em suas formações pessoal, profissional e humana.

O segundo aspecto diz respeito às relações construídas com as manifestações culturais afro-brasileiras presentes no município de Angra dos Reis. No diálogo estabelecido entre esses interlocutores, nas ações desenvolvidas, percebemos que o Ylá-Dudu tenha sido uma “ponte” entre essas manifestações, nos quais o quilombo, a capoeira, o jongo, as religiões de culto afro puderam se articular, transformando suas ações, em movimentos independentes e autônomos, como foi possível compreender nas conversas informais com representantes desses grupos. Para exemplificar, em alguns desses momentos com Dona Marilda, liderança no Quilombo de Santa Rita do Bracuí, ela relatou a “ajuda” que o Ylá-Dudu teve com o jongo no quilombo. Alguns de seus jovens, como por exemplo, Angélica³⁰ (*in memoriam*) – representante e jovem liderança do Jongo do Bracuí – e Leandro participaram em muitos momentos das reuniões do movimento negro local. Esses dois jovens puderam levar também o conhecimento debatido, apreendido ao seu espaço e suscitar e possivelmente ampliar outras discussões, como a questão da luta pela terra, pelo espaço enquanto comunidade de remanescentes quilombolas, pelo pertencimento étnico-racial.

E o terceiro aspecto tem relação à “nova realidade” após a lei nº 10.639, que proporcionou outras formas de comunicação do grupo, ao dialogarem com a universidade, o governo municipal em diferentes gestões. Sobre esse aspecto, Andrea dos Santos destacou que: “O Grupo Ylá-Dudu tem uma vasta história perpassando por diversos momentos políticos e conjunturais, o que levou construir sua trajetória ao longo do tempo, sempre fiel a sua identidade de luta neste município.”

Durante este período também, surgiu uma nova “linha de atuação” dos movimentos sociais no país, como o movimento negro, tendo em vista a nova gestão de governo federal,

³⁰ Angélica faleceu no ano de 2016, por complicações renais, porém pude participar da luta dessa mulher na procura de um atendimento especializado que não era ofertado em Angra dos Reis naquele momento. Ela conseguiu ser atendida algum tempo depois, quando não havia mais o que ser feito. Na dúvida entre o descaso na saúde que assola todo o país, questiono-me quanto à saúde da mulher negra, em que Angélica representará apenas e infelizmente “mais um número”.

como municipal nos anos de 2000, quando muitos militantes de movimentos sociais foram convidados a ocuparem cargos em governos, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, em Angra dos Reis não é possível dizer que essa mudança foi tão acentuada, tendo em vista o quantitativo de membros do movimento negro local, ou seja, que estavam participando dos encontros e ou reuniões, porém este número não condiz com aqueles que, em situações específicas, são de fato militantes da causa, do grupo, pois de acordo com a agenda proposta de atividades, esses militantes “aparecerão” com toda a vitalidade necessária para auxiliar nas ações, como Andrea dos Santos bem assinalou. Alguns estudiosos do movimento negro denominam essas ações de “agenda escondida”, pois podem até não ser divulgadas ou socializadas, mas na hora necessária, lá estarão novos e velhos militantes, na luta, em movimento.

Porém, não poderia finalizar este texto sem apresentar um quarto momento, no período do final ano de 2016, quando muitos dos direitos adquiridos pelos movimentos sociais, entre os quais estava o movimento negro, foram atacados pelo governo federal atual, que não considero legítimo, dadas as condições por meio das quais assumiu a presidência, quando afastou do cargo a presidenta eleita democraticamente.

Nesse sentido, o movimento negro, assim como os demais movimentos sociais brasileiros, passou a ter uma nova demanda de ação, posto que, se antes a luta era para a garantia de direitos, atualmente a luta é para que os direitos já adquiridos não sejam perdidos, descartados. Quanto ao Ylá-Dudu, entendo também enquanto militante “caloura”, a necessidade de promover ações em consonância com os demais movimentos sociais, porém há de se refletir sobre o fortalecimento do grupo, resgatando suas histórias e lutas, seu papel desempenhado nas últimas décadas, disseminando toda a trajetória que tentei apresentar neste trabalho, embora de forma ainda muito tímida diante da atuação deste grupo.

As ações que o movimento negro de Angra dos Reis realizou nessa trajetória de seus mais de 25 anos, trouxeram significativas conquistas também em âmbitos mais amplos, como o diálogo estabelecido entre esse grupo e seus diversos interlocutores. Embora “ainda” não tão conhecido pela população mais jovem do município, diante dos envolvidos em algum movimento social em Angra dos Reis há o reconhecimento ao Ylá-Dudu. Em relação aos que não vivenciaram os movimentos sociais no município angrense, principalmente nas décadas de 1980/1990, mas que estavam antenados(as) na realidade daquele período, em conversas informais soubemos da participação efetiva deste grupo na realização de atividades relativas ao debate racial no município.

Em outras conversas informais com alguns personagens de grupos de origem africana e ou afro-brasileira de Angra dos Reis (capoeira, jongo, quilombo, religiões afro-brasileiras), é notória a importância dada ao Ylá-Dudu, no que tange à construção/apropriação da “consciência negra” em seus respectivos espaços, o que entendo ter possivelmente influenciado na valorização e no pertencimento da cultura e da história desses grupos.

Diante de todos os aspectos apontados aqui, além dos relatos dos(as) entrevistados(as) para a pesquisa, é possível notar as “provas” no município e para além deste, “denunciando” a importância do Ylá-Dudu não somente no campo educacional, mas substancialmente na história recente de Angra dos Reis. Entretanto, esta denúncia se firma na ausência de que na história angrense não se refiram à população negra no município e sua história, quiçá de um grupo que tem como objetivo resgatar a memória deste povo, bem como combater o racismo em suas variadas formas e faces. Sobre esse aspecto, Délcio Bernardo afirma que:

O Grupo tem uma trajetória muito bacana, trajetória valiosa, mas assim, o universo das nossas lutas, a vitória não permite tempo para comemoração. Como dizia o Mandela, quando você galga um morro, você percebe que há outros a serem galgados. Então é essa minha avaliação, é que ela é positiva.

Em sua tese de doutorado, Schucman (2012) afirma que “há privilégios em ser branco no Brasil”. Assim, se há privilégios para um grupo, obviamente há o inverso para o outro e/ou para os outros grupos. Dentre esses “outros grupos”, destacamos não somente a população negra, mas também a indígena.

A população negra deste país, após ter vivido por mais de três séculos de escravização, ao fim deste período não foi beneficiada com políticas que pudessem reverter as condições nas quais se encontravam. Na contramão de toda essa invisibilidade, os negros utilizaram inúmeras estratégias na obtenção de alguns direitos. Nesse sentido, reafirmo categoricamente que tanto em Angra dos Reis como no Brasil, urge resgatar, valorizar as histórias do povo negro, bem como suas formas de organização na luta pelo direito e pela cidadania de fato. Schucman (2012, p. 107) afirma ainda que:

Para uma real transformação no tecido social brasileiro nesse sentido, precisamos que haja – além dos sujeitos brancos adquirirem *racial literacy*³¹ e serem precursores de mudanças em seus micro-lugares de poder e atuação – uma mudança estrutural nos valores culturais da sociedade como um todo: é preciso que a branquitude como lugar de normatividade e poder

³¹De acordo com esta autora, Schucman(2012, p. 107), este termo “caracteriza uma mudança no espaço social em que atuam”.

se transforme em identidades étnico-raciais brancas onde o racismo não seja o pilar e sua sustentação. Para isto, além da psicologia e da constituição dos sujeitos enquanto atores sociais, é preciso alterar as relações socioeconômicas, os padrões culturais e as formas de produzir e reproduzir a história brasileira. Assim, as políticas públicas voltadas para a igualdade racial como as cotas, o reconhecimento da história, do espaço e a ação do movimento negro, são essenciais para que os brancos consigam se deslocar da posição de norma e hegemonia cultural.³²

Dadas as circunstâncias, percebi que o tema de pesquisa aqui trabalhado não foi uma escolha individual, trata-se de uma necessidade de poder não somente re/conhecer a história do Ylá-Dudu, mas garantir que ela seja cada vez mais divulgada, registrada, discutida, aprendida e apreendida por negros e não negros. Fazer o “movimento”, possibilitar que o movimento negro, assim como os demais movimentos esteja verdadeiramente em “movimento” nos mais variados espaços, principalmente naqueles que se mostram mais resistentes.

Os segmentos da população postos à margem denunciam a inexistência de políticas públicas para esses grupos, mas possivelmente apontam outras estratégias, ou seja, urge a conscientização do oprimido de sua condição. Pensar em movimentos sociais atualmente é passar a fortalecer as bases desses movimentos, promover a articulação com os demais, traçar unidades de ações bem planejadas, fomentando o diálogo consciente, crítico e reflexivo das atuações dos meios de comunicação de massa, das políticas promotoras da tentativa de alienação, desmobilização popular, na culpabilização dos subalternos, dos “oprimidos” (FREIRE, 1996) por sua própria condição social, econômica, histórica, política, entre tantas outras.

³²“A partir da década de 90 do século passado, os estudos sobre raça e racismo nos Estados Unidos começaram a mudar seu enfoque e novos olhares sobre o tema começaram a surgir. O movimento de mudança nestes estudos se deu quando os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos ‘outros’ racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos. Esses novos enfoques foram chamados de estudos críticos sobre branquitude (*criticalwhitesstudies*) [...]”.(SCHUCMAN 2012, p. 17).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta; MATTOS, Hebe. (Orgs). **Pelos caminhos do jongo e do caxambu: história, memória e patrimônio**. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. **Movimento negro e "democracia social" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A influência do Movimento Negro brasileiro na construção e promoção de uma educação multicultural no país. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, ano 1, v. 1, jan. /jun. 2013. Disponível em <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/ART0002>>.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BARRETO, Raquel Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BERNARDO, D. J. Peço licença à vovó, peço licença a meu mestre! In: LINGUAGENS artísticas da cultura popular. Salto para o Futuro. Boletim 1, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília-DF, 2005.

_____. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília, DF: SPM, 2010.

BRASIL. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. Código Civil Brasileiro 1916**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%203.071-1916?OpenDocument>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CADERNOS PENESB: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: FEUFF, n. 7, 2006.

_____. Niterói: FEUFF, n. 11, 2009/2010.

_____. Niterói: FEUFF, n. 12, 2010.

CAPAZ, Camil (Org.). **A Fundação de Angra dos Reis Sesmarias**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI, 2006.

CEVA, Antônia Lana de Alancastre. **Intelectuais negras**: escrituras de mulheres negras brasileiras e angolanas como instrumento de resistência sociocultural. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRUZ, M.S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação (MEC)/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), 2005. p. 21-33.

CRUZ, Tereza de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. **Percursos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 3-17, jan./jun. 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói: UFF, v. 23, p. 100-122, 2007.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira. Brasília: Inep, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Brasília: MEC/Secadi, 2005. (Coleção Para Todos).

_____. Desigualdade e diversidade na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O silêncio**: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

GONÇALVES, M. das G.; ANTUNES, J. L. C. Projeto Negros e Negras em Movimento: relações étnico-raciais na escola e o debate sobre a lei 10639/03. **Revista Teias**, Rio de Janeiro: UERJ, ano 9, n. 18, p. 68-77, jul./dez. 2008.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1(2), p. 75-91, jan./jul. 2004. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 5 jul. 2016.

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004.

MACHADO, Lia Osório. Angra dos Reis: porque olhar para o passado? In: **DIAGNÓSTICO socioambiental do município de Angra dos Reis**. Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/1995-Angra-dos-Reis-LOM.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2016

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MOURA, C. Organizações negras. In: BRANT, V. C; SINGER, P. (Org.). **São Paulo**: o povo em movimento. São Paulo: Cebrap, 1983.

NASCIMENTO, Maria da Conceição. **Memórias silenciadas**: devoção e cultura negra na Irmandade do Glorioso São Benedito de Angra dos Reis. 2003. Monografia (Monografia apresentada para o Curso de Pós-graduação: Raça, Etnias, e Educação no Brasil) – Faculdade de Educação/Penesb/UFF, Niterói, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **História da África e dos africanos na escola**: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Dossiê: Movimentos Sociais e Educação. **Revista RETTA**, v. 8, n. 11, p. 171-198, jan./jun. 2015.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Para além do racismo e do antirracismo**: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira. Itajaí: [s.n.], 2012.

PEREIRA, Amilcar A. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

_____. A lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “Reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, 2º sem. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2237-8871.2011v12n17p25/3725>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PINHEIRO, Francimar. **Angra dos Reis: monumentos e história**. 2.ed. Edição Eletrônica. Angra dos Reis, mar. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5689334-Angra-dos-reis-monumentos-e-historia-francimar-pinhoero-1-a-edicao-janeiro-de-2001-2-a-edicao-marco-de-2012-angra-dos-reis-monumentos-e-historia.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Diversidade Cultural Étnica e Práticas Escolares**. Angra dos Reis, 2008. (Série Cadernos Pedagógicos, 1).

PROJETO de apresentação do CNNM. Maria das Graças Gonçalves e José Luiz C. Antunes. Niterói, 2006.

SANTOS, Augusto Sales. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03**. Brasília: MEC/Secadi, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. 2009.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Milton. Como é ser negro no Brasil. **Geledés: Instituto da Mulher Negra**, 1º mar. 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/como-e-ser-negro-no-brasil-por-milton-santos/#gs.WDnPcII>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **O serviço social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor**: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50s. Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n. 2, p. 215-235, 2003. Disponível em: <<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 7. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRAPP, Rafael Petry; DA SILVA, Mozart Linhares. Para além do Atlântico Negro: problematizações sobre antirracismo e transnacionalismo no Brasil (1978-2010). **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

VARGAS, Hustana; TEIXEIRA, Eliana de Oliveira. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 25, n. 60, p. 723-747, set./dez. 2016

VIANA, Larissa. Irmandades. Festas e sociabilidade negra no Brasil escravista. In: OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES, Maria das Graças; MULLER, Tânia Mara P. (Org.). **Caderno PENESB**: Especial Curso ERER: Educação para as Relações Étnico-Raciais, Niterói, Alternativa/EdUFF, n. 12, p. 205-287, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro para entrevistas

	QUEM	QUANTOS	Nº de perguntas
Fundadores e integrantes do Ylá-Dudu	Homens		
	Mulheres		
Outros			
TOTAL			

Perguntas:

1º Bloco: Identificação

Nome completo/ Idade:

Profissão:

a) Na década de 90 (fundação do Ylá-Dudu):

b) Atualmente:

2º Bloco

Categorias	Questões	Objetivos
Formação/fundação do grupo	<ul style="list-style-type: none"> • Quais eram os objetivos com a fundação do grupo? • Eles se efetivaram? • Quais foram os principais desafios? 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o que levou à formação do grupo, bem como o percurso para sua efetivação.
Formação nas escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Como era a atuação do Ylá-Dudu nas escolas? • Como era feito esse contato com as escolas – ou as escolas procuravam o grupo? • Qual era a metodologia utilizada? • De qual ou quais recursos dispunham? • A ação pedagógica do Ylá-Dudu era em todos os níveis de escolaridade? 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a atuação do grupo nas escolas. • Entender como eram realizadas as formações, as metodologias utilizadas e de quais recursos se utilizavam. • Compreender a abrangência das dessas formações.
Avaliação das formações nas escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Após a realização dessas ações, qual era a avaliação que faziam delas? • Ao final da década de 1990, qual a avaliação geral dessa atuação nas escolas? 	<ul style="list-style-type: none"> • Entender como avaliavam suas ações e de que forma eram feitas e analisadas.
Ações após a lei nº 10.639/03	<ul style="list-style-type: none"> • Após a lei nº 10.639/03, houve alguma mudança na forma de atuação do grupo? Como e de que forma? 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar como eram as ações do grupo após a lei nº 10.639/03.
Presença das mulheres no grupo	<ul style="list-style-type: none"> • Como você avalia a presença majoritária de mulheres no Ylá-Dudu? • Havia funções distintas entre homens e mulheres? Quais? • Esses papéis interferiam na dinâmica do grupo? • As discussões e debates do grupo (interna ou externamente) abordavam as questões de gênero? Se sim, como acontecia(m)? • A presença feminina ainda é um marco no grupo? O que justifica a forte presença das mulheres, apesar dos muitos papéis sociais que as elas já executam no dia a dia? 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a presença das mulheres no grupo. Entender como eram selecionadas as temáticas para suas formações e se estas também apontavam para questões referentes às mulheres negras.
Trajetória geral (25 anos) do Ylá-Dudu	<ul style="list-style-type: none"> • Após 25 anos do grupo, como você avalia essa trajetória? 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a avaliação que fazem sobre a trajetória do grupo.

ANEXOS

Anexo A

Diário Oficial de 1994 – Registro de Fundação do Grupo Consciência Negra Ylá-Dudu



DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio de Janeiro

COMPANHIA BRASILEIRA DE REPERCUSSÃO PATRIÓTIKA - BRPAZ

C.O.C. Nº 22.287.071/0001-04

Assentamento Beneficentista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

ENRE-MIN. ENDAJUNVIA E COMERCIO S.A.

C.O.C. Nº 21.287.071/0001-04

3-3

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

DAJUN VIA

C.O.C. Nº 21.287.071/0001-04

3-1

Publicações a Pedido

COMPANHIA BRASILEIRA DE REPERCUSSÃO PATRIÓTIKA - BRPAZ

C.O.C. Nº 22.287.071/0001-04

Assentamento Beneficentista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

ENRE-MIN. ENDAJUNVIA E COMERCIO S.A.

C.O.C. Nº 21.287.071/0001-04

3-3

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

DAJUN VIA

C.O.C. Nº 21.287.071/0001-04

3-1

RIO DE JANEIRO • QUINTA-FEIRA
28 DE ABRIL DE 1994
ANO XX • Nº 78 • PARTE V

27

DELLI INDUSTRIA DE MÓVEIS S/A

C.O.C. Nº 31.171.130/001-45

0 DISTRITO DO INSISTIVO SÃO JOÃO, JARDIM 51 - JARDIM... 15/11/90 - 28/04/92...

INSISTIVO SÃO JOÃO - RESUMO - R3

C.O.C. Nº 33.583.502/004-09

3-3

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

DAJUN VIA

C.O.C. Nº 21.287.071/0001-04

3-1

COMPANHIA BRASILEIRA DE REPERCUSSÃO PATRIÓTIKA - BRPAZ

CA S/A JOANNESE DE PAMPANÕES

C.O.C. Nº 27.272.271/001-79

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

CA TERTI. S/A JOANNESE

C.O.C. Nº 22.287.071/0001-04

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

CA S/A JOANNESE DE PAMPANÕES

C.O.C. Nº 27.272.271/001-79

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

CA TERTI. S/A JOANNESE

C.O.C. Nº 22.287.071/0001-04

Assentamento Gerao Orixaluba e Espiritualista - Edital de Convocação... 12 de Maio, a ser realizado no dia 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.202/90...

Anexo B

Encontro para deliberações sobre a Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília, 1995



Fonte: Acervo pessoal de Fátima Rosa

Anexo c

Materiais de divulgação



Fonte: Acervo pessoal de Fátima Rosa



Fonte: Acervo pessoal de Fátima Rosa

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
 Grupo de Consciência Negra

301 ANOS
 DO MONTE DE PIEDADE
 SÃO PAULO
 1996

YLÁ-DUDU
 Angra dos Reis - RJ
 5 anos de luta

Setorial
 Afro-Brasileiro

17 A 24 DE NOVEMBRO / 96
 Shows, Exposições, Palestras,
 Vídeos, Oficinas, Culturas
 e manifestações culturais diversas.

ESCOLAS PARTICIPANTES
 Mano Sérgio da Cunha
 Toscano de Brito
 D. Pedro I
 Cacique Cunhãbebe
 E.M. Frei Bernardo
 Nova Perequê
 Benedito dos Santos Barbosa
 Faculdade de Pedagogia
 LFF - Angra dos Reis

LOCAIS
 Ruas, Praças Públicas
 Casa da Cultura
 Câmara Municipal
 Convento de São Bernardino de Serra

Apoio:
 Angra Mãe Bonfina
 Prefeitura



Fonte: Acervo pessoal de Fátima Rosa

Anexo D

ESTATUTO

GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRAYLÁ-DUDU, ANGRA DOS REIS.

TÍTULO I – DA SOCIEDADE

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art.1º - O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, fundado aos dias nove do mês de março do ano de 1991, na Casa da Cultura de Angra dos Reis, é uma entidade sem fins lucrativos com duração por prazo indeterminado e atuação em todo território nacional. Com sede provisória na Rua do Comércio nº 84, 2º andar, sala 202, Centro, Angra dos Reis – Rio de Janeiro e será regido pelo estatuto aprovado em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

Art. 2º - O grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU tem como finalidades:

- a) Mobilizar e articular pessoas de todas as etnias que desejam buscar unidade nacional das mesmas para fazer frente ao processo comum de marginalização, preconceitos, discriminação, estereótipos e toda sorte de estigmas disseminados na sociedade brasileira, levando-os ao empreendimento de uma luta pelos seus direitos de cidadania plena assegurados pela declaração universal dos direitos humanos e pela constituição brasileira;
- b) Desenvolver pesquisas relacionadas às culturas de origem africanas no Brasil, mantendo e operando um centro de estudos, com o objetivo de resgatar os valores e os conceitos estruturais da visão de mundo das referidas culturas, bem como empreender estudos sistematizados das línguas africanas trazidas pelos vários grupos étnicos;
- c) Desenvolver projetos de educação informal, especialmente com crianças e adolescentes, com a finalidade de resgatar a identidade cultural das populações negras e mestiças, negadas pelo sistema educacional formal e pelas estruturas ideológicas do sistema social e político brasileiro;
- d) Procurar, conhecer, incentivar as comunidades-terreiros, grupos de capoeira, grupos de jongo e maracatu e tantas outras danças e festas religiosas relacionadas a causa negra, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de seus vivenciadores, que em sua maioria são negras e marginalizadas;
- e) Desenvolver programas, projetos e atividades com relação a ecologia e ao meio ambiente, dentro do que preceitua a Visão Ecológica das culturas e religiões de origem africana, objetivando reeducar as mentes para mudar as práticas depredadoras dos ecossistemas e integrar os adeptos das religiões Afro-Brasileiras na luta pela preservação da natureza;
- f) Divulgar os conceitos estruturais da visão de mundo que norteiam os assuntos referentes à comunidade negra, através dos meios de comunicação de massa e publicações específicas, bem como ministrar cursos, palestras, seminários, conferências, shows musicais, danças, teatros, capoeira, etc.
- g) Estimular a articulação e o desenvolvimento de ações conjuntas do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU com os demais movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas;

- h) Promover a relação do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU com os demais movimentos populares de postura democrática, visando o estabelecimento de uma relação solidária e respeitosa das diferenças culturais;
- i) Contribuir na formação de militantes e adeptos para atuarem na formação do Movimento de Consciência Negra YLÁ-DUDU, dentro do seu contexto social, político transformador da visão de mundo;
- j) manter e operar um centro de documentação e memória, produzindo instrumentos de comunicação que veicule informações acerca da articulação e do processo de organização dos adeptos do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- l) Estimular e assessorar as iniciativas sociais, políticas e culturais da população afro-brasileira;
- m) Combater todas as formas de racismo, exploração ou discriminação de toda e qualquer natureza, quer sejam sexuais, sociais, econômicas, políticas, ideológicas e religiosas, onde quer que se manifeste.
- n) Participar das iniciativas da Sociedade Civil Organizada e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

CAPÍTULO III – DOS RECURSOS E PATRIMÔNIOS

Art. 3º - Os recursos e patrimônios da entidade provêm de colaboradores (sócios e outros), da cooperação de Instituições Nacionais e Internacionais (públicas e privadas) interessadas em programas sociais, culturais, de educação informal e na área de Direitos Humanos e Cívicos;

Parágrafo Único – Todos os bens e recursos serão aplicados obrigatoriamente no país, para finalidades do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU.

TÍTULO II – DOS INTEGRANTES

CAPÍTULO I – DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS INTEGRANTES

Art. 4º - Poderão ser integrantes, adeptos e simpatizantes do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU todos aqueles interessados nas finalidades do mesmo.

Art. 5º - DOS INTEGRANTES

- a) São todos aqueles engajados nas atividades do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;

Art. 6º - SÃO DIREITOS DOS INTEGRANTES

- a) Participar de todos os projetos e Grupos de Trabalho do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- b) Apresentar propostas e sugestões;
- c) Fazer parte das reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias;
- d) Votar e ser votado para qualquer cargo do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, desde que esteja de acordo com as normas deste Estatuto.

Art. 7º - SÃO DEVERES DE TODOS OS INTEGRANTES

- a) Comparecer às reuniões e grupos de trabalho;
- b) Cooperar na realização dos objetivos sociais, culturais, educativos e políticos do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;

- c) Desempenhar as funções e tarefas assumidas;
- d) Zelar pelo patrimônio da entidade;
- e) Respeitar todos os companheiros do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, evitando assim qualquer clima hostil no ambiente de reunião ou em qualquer espaço onde se desenvolva atividades do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- f) Representar o grupo quando necessário ou quando indicado em Assembleia.

Art. 8º - Será advertido verbalmente o integrante que violar as normas e princípios deste Estatuto.

TÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃOS DIRIGENTES

CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES

Art. 9º - São órgãos dirigentes do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU:

- a) Coordenação
- b) A Assembleia Geral

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 – A Assembleia Geral é o órgão soberano do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, com as atribuições que lhe são conferidas por lei e, particularmente a Saber:

- a) Examinar e aprovar o orçamento, relatórios, balanços e outros atos da coordenação;
- b) Eleger a cada 36 (trinta e seis) meses a coordenação;
- c) Discutir as diretrizes gerais dos projetos, programas e estudos da entidade.

Art. 11 – A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á Semestralmente e a extraordinariamente sempre que for convocada pela coordenação ou por 1/3 (um terço) dos participantes, com prazo de 48 horas.

Parágrafo Único – É vetada a participação por procuração nas reuniões da coordenação, assim nas Assembleias Gerais.

Art. 12 – A reunião será instalada pelo coordenador que, em caso de impedimento, será substituído conforme, preceitua este Estatuto no Art. 14, Capítulo II – da coordenação.

Art. 13 – A coordenação é composta de:

- a) Um Coordenador
- b) Um Vice-coordenador
- c) Um Secretário
- d) Um Tesoureiro
- e) Dois Diretores Cultural
- f) Dois Relações Públicas
- g) Dois Suplentes
- h) Conselho Fiscal

Art. 14 – Compete à Coordenação, em seus cargos e funções:

I – Ao Coordenador:

- a) Representar o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU em Juízo e fora dele;
- b) Presidir as reuniões do grupo;
- c) Coordenar as atividades do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- d) Presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- e) Zelar pelo cumprimento deste Estatuto;
- f) Movimentar a conta bancária do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- g) Contratar pessoas conforme estabelece o Art. 24 deste Estatuto;
- h) Examinar as contas e balancetes.

II – Ao Vice Coordenador:

- a) Substituir o coordenador em sua ausência automaticamente.

III – Ao Secretário:

- a) Substituir o coordenador e o vice-coordenador nos casos de impedimento temporário no exercício de suas funções;
- b) Manter os documentos e arquivo interno;
- c) Assessorar as reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias, com a preparação de relatórios e registros gerais;
- d) Acompanhar os projetos através de relatórios de atividades;
- e) Elaborar correspondências visando o encaminhamento de projetos e relatórios globais do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- f) Assinar correspondências da entidade conjuntamente com o coordenador;
- g) Manter atualizada a documentação do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- h) Fazer as atas das reuniões e Assembleias ordinárias e extraordinárias;

IV – Ao Diretor Cultural:

- a) Promover estudos para viabilidade e projetos nas áreas de interesses do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- b) Elaborar projetos, apresentando-os ao grupo para discussão e aprovação;
- c) Promover cursos, seminários, debates, conferências e exposições, bem como material didático sobre os temas das áreas de interesse do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU.

V – Ao Tesoureiro:

- a) Efetuar estudos para viabilidade econômica e financeira dos projetos do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- b) Definir e manter um sistema de prestação de contas para o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- c) Controlar e registrar em livro específico a contabilidade do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- d) Fazer balancete mensal das receitas, visando controlar os gastos da entidade;
- e) Efetuar os pagamentos de todas as contas do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;

- f) Movimentar a conta bancária do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, juntamente com o coordenador e diretor cultural;
- g) Assinar documentos financeiros;
- h) Elaborar relatório financeiro anual para apreciação e aprovação do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU em reunião ou Assembleia ordinária;
- i) Propor e estimular atividades com o objetivo de arrecadação de fundos para o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;

VI – Aos Relações Públicas:

- a) Divulgar o nome do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU;
- b) Fazer contatos com pessoas, entidades e grupos;
- c) Fazer boletins, cartas, jornais e informativos da entidade;
- d) Recepcionar pessoas ou grupos que venham encontrar-se com o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU para quaisquer fins;
- e) Entregar correspondências a grupos ou pessoas;
- f) Representar o Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU nos meios de comunicação.

VII – Ao Suplente:

- a) Substituirá quando necessário qualquer membro efetivo da coordenação.

Art. 15 – Do Conselho Fiscal.

O conselho fiscal eleito para um mandato de 36 (trinta e seis meses), na mesma data da eleição da coordenação, será composto por três membros efetivos, limitando sua competência a fiscalização da gestão financeira do Grupo.

Parágrafo primeiro – O conselho fiscal tem ampla e total autonomia em relação a coordenação nos limites de sua competência.

Parágrafo segundo – Compete ao conselho fiscal:

- a) Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes mensais;
- b) Conferir sempre que necessário a entrada e saída do saldo numérico existente em caixa.
- c) Verificar se os extratos bancários e notas fiscais conferem com os controles da coordenação.
- d) Emitir o parecer sobre o orçamento anual, suplementação de verbas e balanço financeiro do exercício, lançando seu visto na respectiva documentação.

Parágrafo terceiro – O conselho fiscal se reunirá sempre que necessário propondo medidas que visem à melhoria econômica e financeira do grupo lavrando-se atas de todas as reuniões.

Art. 16 – Todos os membros da coordenação são responsáveis civil e penalmente pelos desvios de recursos e patrimônios da entidade.

Art. 17 – Os membros da coordenação não serão remunerados, porém aos mesmos serão garantidos recursos para viagem, hospedagem e alimentação quando a serviço do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, bem como aos integrantes em atividades.

Parágrafo Único – Salvo em casos de desenvolvimento de projetos específicos.

Art. 18 – O mandato da coordenação será de (36) trinta e seis meses.

CAPÍTULO III – DA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO

Art. 19 – Poderão votar todos os integrantes que estiveram em conformidade com o art. 7º deste Estatuto e com filiação mínima de 90 (noventa) dias, antes da eleição.

Parágrafo primeiro – poderão concorrer a coordenação todos os integrantes que tiverem filiação mínima de (12) doze meses, e também que estiverem em conformidade com o art. 7º deste Estatuto.

Art. 20 – A eleição se consumará pelo voto da maioria simples com voto secreto ou declarado.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU será dissolvido nos casos expressos em lei por determinação em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, com quórum de maioria absoluta e mediante voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios.

Parágrafo Único – A Assembleia decidirá sobre a dissolução, do patrimônio do grupo.

Art. 22 – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvido pela coordenação, ad referendum da Assembleia Geral.

Art. 23 – O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU poderá estabelecer parceria com grupos de articulação religiosa, cultural, político e educativo em todo território nacional.

Art. 24 – A posse dos eleitos para os cargos da coordenação efetuar-se-á em até 30 (trinta) dias após a data das eleições, ficando os antigos membros com direitos e responsabilidades jurídicas pela entidade, tempo em que colocará a nova coordenação a par de toda a estrutura do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU.

Art. 25 – O presente Estatuto poderá sofrer alterações parciais ou gerais por deliberação de 2/3 (dois terços) dos sócios, em Assembleia Geral, convocada para este fim.

Art. 26 – O Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU poderá contratar pessoal necessário à execução de seus objetivos, finalidades e projetos em reunião ordinária.

Art. 27 – Para consecução de seus fins, a entidade poderá assinar convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, de direito público ou privado, observando a legislação aplicável, notadamente no tocante à obrigatoriedade de aplicação dos recursos no território nacional brasileiro.

Art. 28 – Todo integrante do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, contribuirá com uma taxa de 01% (Um por cento) do salário mínimo vigente, para fins de manutenção do grupo.

Art. 29 – Toda e qualquer forma de expressão e manifestação cultural, esportiva, política, religiosa, social e educativa nascida na base do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, deverá ter o nome do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU e seguir as normas deste Estatuto.

Art. 30 – Fica vetado a utilização do nome do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, por qualquer grupo ou entidade sem a expressa autorização em reuniões ordinárias ou extraordinárias convocada especificamente para este fim.

Art. 31 – Cada grupo criado na base do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU deverá ter seu regimento interno, desde que não contrarie as normas deste Estatuto.

I – O Regimento Interno será formulado em conjunto com a coordenação e será aprovado em Assembleia Geral;

II – Todo dinheiro adquirido por grupos pertencentes ao Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, será para utilização do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU, assim como os bens materiais adquiridos por estes grupos.

Art. 32 – Este Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação, em Assembleia Geral e constituir-se-á, em lei orgânica do Grupo de Consciência Negra YLÁ-DUDU para todos os fins legais, que todos farão cumprir e respeitar.